

DA TUTELA AO PROTAGONISMO: A TRAJETÓRIA CASSUPÁ EM RONDÔNIA

ELIAQUIM TIMÓTEO DA CUNHA¹

RESUMO

Nesta oportunidade, o objetivo é descrever os deslocamentos vivenciados pela política indígena Cassupá, entre 1940 a 2013, no estado de Rondônia, fronteira entre Brasil e Bolívia. A pesquisa se embasa em leituras de documentos produzidos pelas instituições estatais (SPI, FUNAI e INCRA), bem como documentos produzidos e organizados pelos indígenas, isto é, não realizei prolongado trabalho de campo com os Cassupá. Não obstante, nos documentos elaborados pelos indígenas encontram-se explicações e questionamentos das vidas que foram silenciadas nas ações das políticas indigenistas. O processo pelo qual os Cassupá produzem, organizam e fazem releituras de documentos denomino como “narrar Cassupá”. O rompimento do silêncio, a partir da escrita, ressoou nas políticas indigenistas e nas políticas indígenas. Destarte, tratando-se do temário “Estado Brasileiro e os Povos Indígenas”, a pesquisa traz para discussão não somente a documentação produzida pelos agentes de Estado, além disso, e principalmente, é preciso ler e ouvir as vozes e as narrativas documentadas e as selecionadas pelos indígenas sobre as relações que julgam relevantes em suas trajetórias. O protagonismo indígena, neste caso, é evidenciado no narrar Cassupá. Narrar polifônico. O presente estudo demonstra isso partindo da observação de que este narrar é amálgama de diferentes lugares e referências sociais, é resultante dos critérios eleitos pelos indígenas, quer dizer, são eles quem falam sobre si e releem documentos que falaram sobre eles.

Palavras-chave: Cassupá. Rondônia. Deslocamento. Política Indígena. Protagonismo Indígena.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM, Brasil.
E-mail: cunha.antropologia@gmail.com.

FROM GUARDIANSHIP TO PROTAGONISM: THE CASSUPÁ TRAJECTORY IN RONDÔNIA

ABSTRACT

In this opportunity, the objective is to describe the displacements experienced by the Cassupá indigenous people, between 1940 and 2013, in the state of Rondônia, border between Brazil and Bolivia. The research is based on readings of documents produced by state institutions (SPI, FUNAI and INCRA), as well as documents produced and organized by the Indians, that is, I did not carry out long fieldwork with the Cassupá. Nonetheless, in the documents prepared by the indigenous people there are explanations and questions about the lives that have been silenced in the actions of indigenous policies. The process by which the Cassupá produce, organize and re-read documents I call “narrating Cassupá”. The rupture of silence, from the writing, resounded in indigenist policies and in indigenous politics. Thus, in the case of the “Brazilian State and the Indigenous Peoples”, the research brings to discussion not only the documentation produced by State agents, but above all, it is necessary to read and listen to documented voices and narratives and selected by the Indians on the relations they deem relevant in their trajectories. The indigenous protagonism, in this case, is evidenced in the narrative Cassupá. Narrate polyphonic. The present study demonstrates this starting from the observation that this narration is an amalgam of different places and social references, is the result of the criteria chosen by the indigenous people, that is to say, it is they who speak about themselves and read documents that have spoken about them.

Keywords: Cassupá. Rondônia. Displacement. Indigenous policy. Indigenous Protagonism.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, considero apropriado partir do título² para apresentar as ideias discutidas nesse texto. Com a nomenclatura

2 Este texto faz parte do terceiro capítulo “O SPI nas memórias indígenas: A trajetória Cassupá na formação de Rondônia” da minha dissertação, intitulada: “Quando esse tal de SPI chegou: O Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia”. Foi defendida no PPGAS/UFAM em 2016. A problemática aqui discutida passou por revisão e vários pontos são detalhados com mais precisão em comparação com a primeira versão do texto. Porém, o tema não está esgotado; há muito trabalho a ser feito. Neste texto utilizo os destaques *itálico* para as falas indígenas. Uso aspas em duas circunstâncias, a primeira é para indicar conceitos e títulos de trabalhos científicos e a segunda é para assinalar falas de outros agentes sociais que não são indígenas.

“Da tutela ao protagonismo” há a ideia de determinada trajetória que inicia, em dado contexto, “a tutela”, chegando a outra ponta, “o protagonismo”. Porém, é preciso ver que cada trajetória tem suas particularidades inscritas nas relações objetivas que as formam, isto é, torna-se pouco crítico considerar que há uma trajetória indígena, no singular e hegemônica. Também é válido lembrar, como observou Luciano (2006), que os movimentos indígenas devem ser vistos nos seus plurais; desta forma, tratando-se dos protagonismos indígenas direciona-se o olhar procurando captar as várias escalas nas quais são exercidos, tanto no cotidiano quanto em eventos de grandes proporções e impactos.

Encontramos pesquisas sobre “tutela”, direcionada aos povos indígenas, tratando principalmente a partir da proclamação da República. Porém, bem como salientou (Oliveira, 2016) a tutela foi instituída no contexto colonial, passando por modificações calcadas nas transformações sociais. Nessa perspectiva, o referido autor aponta as características da tutela como sendo:

(...) forma de dominação marcada pelo exercício de mediação e ancorada no paradoxo de ser dirigida por princípios contraditórios que envolvem sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada segundo os diferentes contextos e os distintos interlocutores (Oliveira, 2016: 325).

Apresentarei nas próximas páginas os deslocamentos vividos pelos Cassupá³ em Rondônia. A partir desse caso, indico as relações de mediação e de repressão que formavam o paradoxo da tutela e as suas consequências após o fim da tutela. Ao tratar sobre a tutela estudamos as políticas do Serviço de Proteção aos Índios – SPI. Nesse sentido, é preciso ter claro que existem duas vertentes da escrita sobre o SPI. A primeira vertente foi produzida no período da vigência do

3 Uso Cassupá com “c”, por ser dessa maneira que os próprios escrevem o etnônimo, já os indígenas Massaká escrevem com “k” e não com “c”.

SPI (1910-1967), e é caracterizada pelo ufanismo nacionalista e pelo positivismo⁴. A segunda vertente é o conjunto de pesquisas sobre o SPI, desenvolvidas desde a década de 1980 realizadas por antropólogos, sociólogos e historiadores com perspectivas críticas que revelam as violências promovidas pela agência indigenista⁵. Essas pesquisas, majoritariamente, fazem o recorte histórico do período entre 1910 e chegando a 1930 (início do Estado Novo, período que iniciam os governos de Getúlio Vargas).

Proseguindo no título, é preciso ter cautela para entender o que é denominado por “protagonismo indígena”. Os dicionários de sinônimos vão indicar que “protagonista” é o personagem principal, o mais importante, ou ainda o personagem mais desenvolvido na trama, seja em obras teatrais, literárias, musicais e cinematográficas. Faço essa primeira observação, quanto a esse termo, devido ao crescente uso. Por exemplo, encontram-se várias pesquisas com os temários protagonismo adolescente, estudantil, infantil, judicial, juvenil, negro, social, dentre outros.

No tocante aos temários sobre as questões indígenas vamos encontrar algumas instâncias para o uso do termo protagonismo. A primeira dessas instâncias são pesquisas que propõem indicar a “participação voluntária” de indígenas em trabalhos da colonização. Porém, essas indicações são muito delicadas para serem afirmadas, pois é preciso ter claro como esse trabalho “voluntário” foi documentado, quem documentou, enfim, toda a crítica que diz respeito à produção da

4 Por exemplo: (Oliveira, Humberto, 1947), (Rondon, Cândido. 1953), (Rondon, Frederico. 1938), (Ribeiro, 1962; 1977).

5 (Arruda, 2003; 2011), (Bagolin, 2009), (Bernardino, 2013), (Bigio, 2003), (Freire, 1990; 2005; 2007; 2011), (Gagliardi, 1989), (Erthal, 1992), (Hoerhann, 2005; 2011), (Martins, 2012), (Melo, 2007), (Oliveira, 2011), (Peres, 1992; 2011), (Rocha, 2003), (Santos, 2009), (Souza Lima, 1985, 1992, 2011). Ainda no tocante à “tutela” é importante ver os trabalhos de Oliveira (1988) tratando do “regime tutelar” e sobre o “paradoxo da tutela” e também a pesquisa de Lima (1995) e seus apontamentos que dizem respeito do “poder tutelar”. Outros trabalhos importante com esse temário foram organizados por Souza Lima & Barroso-Hoffmann (2002).

documentação para então poder afirmar as proporções da participação indígena, bem como os estabelecimentos de suas alianças.

A segunda instância vem a ser a constituição da política indígena pós Constituição Federal de 1988, marcando o fim da tutela. Por conseguinte, a terceira instância trata-se dos espaços sociais ocupados por indígenas seja na educação, como professores ou estudantes, seja em órgãos governamentais tratando sobre saúde e território.

O protagonismo pode ser exercido em vários âmbitos. Há inúmeras possibilidades. O protagonismo Cassupá está nos espaços para serem ouvidos sobre o que têm a dizer sobre si, tendo em vista que tais referências são eixos de ações políticas e organizam, na perspectiva indígena, as argumentações que questionam o seu lugar nas políticas indígenas e nas políticas indigenistas. Reivindicações étnicas e a busca por efetivação de direitos – que refletem uma significativa parcela das ações das políticas indígenas – são responsáveis pela elaboração de narrativas escritas com seleções de eventos que marcam a memória coletiva dos povos indígenas. No contexto da tutela os indígenas tinham suas vozes silenciadas. O contexto do protagonismo é marcado pelos recursos de se fazer ouvir. Vamos encontrar suas narrativas em trabalhos acadêmicos, em notícias, nos cenários de reivindicações étnicas e entre outros campos, conforme serão apresentados adiante.

As histórias e as políticas indígenas são condicionadas a objeto de estudos de determinada confluência de diferentes formações acadêmicas, na medida em que elaboram explicações e formulam questionamentos quanto às políticas indigenistas e suas participações nas transformações territoriais ocorridas na Amazônia. Nesse processo questionatório as razões argumentativas das reivindicações étnicas produzem entendimentos sobre as políticas de alteridades elaboradas no processo da formação do estado nacional. As narrativas indígenas têm ocupado inúmeras agendas de pesquisas com recursos

interdisciplinares das Ciências Sociais no Brasil. Por exemplo, destacam-se as coletâneas que reúnem diversas pesquisas realizadas nas últimas décadas: “Histórias dos Índios no Brasil” (Carneiro da Cunha, 1992), “Amazônia, Etnologia e História Indígena” (Viveiros de Castro & Carneiro da Cunha, 1993), “Pacificando o Branco: Cosmologias do Contato no Norte-Amazônico” (Albert & Ramos, 2002), “A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena” (Oliveira Filho, 2004); “A Presença Indígena na Formação do Brasil” (Oliveira Filho & Freire, 2006), dentre outras obras. Essas pesquisas têm dado atenção à perspectiva que parte dos “conceitos nativos” quando os povos indígenas⁶ constroem, em seus termos próprios, questionamentos quanto à “história oficial”, produzindo alteridades e construindo representações de si mesmos. Tais construções articulam seus saberes tradicionais e as concepções ocidentais de conhecimento e transmissão de experiências históricas.

A partir dessa trajetória pode-se construir um panorama do modo em que se constituiu a marginalização, do acesso às políticas indigenistas, do grupo Cassupá, além disso, discutir o processo de mobilidade do grupo, indicando uma série de questões entre alteridade e interpretações sobre mudanças sociais.

A CONSTRUÇÃO DO ETNÔNIMO CASSUPÁ

Para situar geograficamente Rondônia indico no campo da etnologia, as categorias áreas etnográficas. A região é dividida em:

6 No decorrer desse texto utilizo o termo “povo” seguindo a definição da convenção 169 da OIT e pelo motivo de inúmeras organizações se autodeclararem nessa categoria. Encontramos as descrições realizadas por Tomei & Sewpston: “Durante três anos, a OIT trabalhou para a adoção da Convenção, discutido se na nova Convenção Mudaria por “povos” o termo “populações” utilizado na Convenção 107. A decisão de usar o termo “povos” resultou de longas discussões e consultas dentro e fora das reuniões. Acordou-se finalmente que o termo correto seria o de “povos” já que se este reconhece a existência de sociedades organizadas com identidade própria, em vez de simples agrupamentos de indivíduos que compartilham algumas características raciais ou culturais” (Tomei & Sewpston, 1999: p. 29).

“Mamoré-Guaporé”, “Amazônia Centro-Meridional” e “Aripuanã”, todas essas *áreas* estão inseridas no “Anel Tupi” (Melatti, 2001). Nas literaturas historiográfica e etnológica encontramos definições que procuraram caracterizar a região com perspectivas cartográficas amalgamadas a características culturais, como por exemplo, “Mosaico da Amazônia Meridional” (Brasil, 2001), “Complexo Cultural Maricó” (Maldi, 1991), “Área Etnográfica Guaporé” (Galvão, 1960), “Área Etnográfica Guaporé” (Melatti, 2001). No bojo dos trabalhos que objetivam caracterizar o território de Rondônia, a pesquisa de (Vander Velden, 2010) mapeou a produção etnológica sobre os grupos Tupi na região de Rondônia, fazendo um destaque à contribuição de Roquette-Pinto e propondo nova divisão denominando “Grande Rondônia”⁷.

Ainda são incipientes as investidas ao tema que pode ser intitulado como “a atuação do SPI em Rondônia”. Aqui, me refiro sobre o contato estabelecido pelos agentes de Estado vinculados a programas de colonização estabelecidos no século XX. Encontram-se trabalhos que abordam esse tema de forma tangencial, quer dizer, o fio condutor é uma determinada população indígena e não a instituição indigenista, no caso o SPI. A literatura etnológica tem muito a contribuir na composição dessa problemática, como por exemplo, (Price, 1972), (Moser, 1993, 1997), (Leonel, 1996), (Maldi, 1989, 1991, 1996, 1997), (Mindlin, 1985), (Pinto, 2009), (Vilaça, 2006), (França, 2012), (Dal Poz Neto, 1991, 2004), dentre outras.

Sobre a diversidade étnica da região, o complexo de áreas etnográficas é reunido no tronco *Tupi*, família *tupi-guarani*, com as

7 “Aqui estaremos, portanto, considerando esta “Grande Rondônia” – mais ou menos no espírito daquela “Rondônia” de Roquette-Pinto (1935) – como uma unidade em função das relações mais ou menos permanentes, das trajetórias histórico-culturais comuns e dos alinhamentos políticos recentes – todos afetados por macro-processos históricos, sociais e políticos semelhantes (cf. Santos-Granero & Barclay 1994) –, além das proposições teóricas que destacam a importância estratégica desta zona-tampão entre a floresta amazônica e o cerrado centro-brasileiro para o estudo das sociedades e culturas nativas da América do Sul [...]” (Vander Velden, 2010: p. 120).

etnias: *Kawahib, Parintintin, Diahoí, Juma, Karipuna, Tenharin e Uru-Eu-Wau-Wau*; a família *Arikém*: com a etnia *Karitiana*; a família *Mondé*, com as etnias: *Aruá, Cinta-Larga, Gavião, Mondé, Suuruí e Zoró*; a família *Ramarama*, com a etnia *Káro (Arara)*; e a família *Tuparí*, com as etnias: *Aruju, Makurap, Mekém, Sakirabiar e Tuparí*.

Outras famílias linguísticas citadas são: família *Aikanã*, com as etnias: *Aikanã, Massaká e Cassupá*; a família *Kanoê*, com a etnia *Kanoê (Kapixaná)*; a família *Koazá (Kwazá)* com a etnia *Koazá*; a família *Mura*, com as etnias *Mura e Piranã*; a família *Txapakura*: com as etnias *Orowari, Torá, Urupá e Wari (Pakaanova)*; e a família *Nanambikwára*, tendo três divisões: a primeira é a etnia *Sabanê*, a segunda é a família *Nambikwara do Norte*, com as etnias *Tawandê, Lacondê, Mamaidê, Negarotê*, e a terceira divisão é a família *Nambikwara do Sul*, com as etnias *Galera, Kabixi, Munduka e Nambikwara*.

Essa diversidade de povos indígenas da região está presente nos textos do SPI, em destaque nos relatórios dos Postos Indígenas. Entretanto, a perspectiva tutelar e assimilacionista desta agência, em que a estratégia de homogeneizar as diversidades era um modo de reforçar as relações de poder, muitos etnônimos foram aglutinados uns aos outros, principalmente no contexto dos deslocamentos pelo território induzidos pelo SPI.

A confluência de etnônimos podem gerar imprecisões na descrição. Antes de prosseguir, é preciso destacar a construção do etnônimo *Cassupá*. No início da década de 1940, algumas famílias *Massaká e Aikanã*⁸, deslocadas pelo SPI, iniciaram um percurso partindo do sul em direção ao norte do estado de Rondônia. Participavam das diferentes “frentes de atração e pacificação” promovidas pelo SPI nos

8 Os descendentes das famílias que ficaram na região vivem juntamente com grupos *Sabanê, Kwazá e Latundê* na Área Indígena Tubarão Latundê, localizada no Município de Vilhena, Estado de Rondônia. In: Decreto Nº 99.170, de 13 de março de 1990. Relatório da FUNAI sobre essa terra indígena. Cf. (Vasconcelos, 2002), (Price, 1981) e “*Aikanã*” in: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/aikana>.

Postos Indígenas instalados às margens do rio Guaporé – fronteira do Brasil com a Bolívia. Nesse percurso os descendentes daquelas famílias *Massaká* construíram o etnônimo *Cassupá*. Elenice Duran da Silva de forma imprecisa, sem indicar as fontes, afirma que “O povo Cassupá, assim conhecido, se autodenomina *Massaká*, segundo os relatos dos mais antigos do grupo. O nome Cassupá é genérico, atribuído a eles por funcionários do SPI, como forma de facilitar a pronúncia do nome” (Silva, 2016: p. 41). De acordo com algumas narrativas que estão presentes no trabalho de Maciel (2003), sabe-se que a origem desses etnônimos remete-se à década de 1950, quando algumas das famílias deslocadas estiveram na região de Guajará-Mirim, sendo tratados por bolivianos, habitantes da margem esquerda do rio Guaporé, por tal referência. Outra versão para a origem do uso do etnônimo *Cassupá* remete ao nome de um líder do povo *Massaká*, que paulatinamente, passou a compor os nomes daqueles que se identificavam como tal.

NARRATIVAS E SEUS DIÁLOGOS: OS CASSUPÁ EM BUSCA DA VIDA DE INDÍGENA

“Nós vivíamos no Lage como uma vida do mato mesmo! Vida de indígena mesmo! Comia tudo o que queria... Pescava... Caçava... Andava pelo mato comendo fruta do mato. Isso no tempo que nós não tinha bem contato com os brancos (...)” (Clóvis Cassupá, 2003, p. 94).

Esse tópico tem como objetivo demonstrar a ligação de documentos pertencendo aos componentes do narrar Cassupá. Foi apresentado anteriormente que objetivo é descrever os descolamentos vividos pelo povo Cassupá. Essa trajetória é descrita a partir de documentos produzidos e organizados pelos indígenas. Tais documentos levam aos documentos das agências estatais. Desta forma, sublinho que as políticas indígenas e reivindicações étnicas explicam as relações sociais das políticas indigenistas. No caso aqui estudado

a elaboração de documentos e a documentação da memória indígena denomino de narrar Cassupá⁹, para descrever formas e conteúdo dos questionamentos e explicações que formulam as reivindicações étnicas. De forma sumarizada, esse narrar é composto por várias fontes, reunidas com o objetivo de embasar as reivindicações étnicas dos Cassupá. Podemos encontrar registros de suas memórias em (Maciel, 2003) e (Sampaio, 1997), além desses trabalhos acadêmicos encontrei narrativas em relatórios (Ferreira & Simão, 2002). São dois os caminhos para formar o narrar Cassupá. Um tem como base a memória dos Cassupá e de outros povos, por exemplo Aikanã e Masská. O segundo é formado por documentos que passam a ser citados nas narrativas, tais como notícias em jornais (Dequech, 1998), Atas de Assembleias Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamã – OPICS e ofícios expedidos para e recebidos da FUNAI e MPF. Com a segunda bússola sigo entre os documentos elaborados pelos indigenistas do SPI presente no acervo do Núcleo de Biblioteca e Arquivo – NUBARQ do Museu do Índio/FUNAI¹⁰; realizei consultas a este acervo em 2014¹¹.

9 O narrar Cassupá é noção provisória, isto é, não tem caráter de permanente de conceituação. Trata-se de específica ferramenta para descrever as formas e conteúdo das reivindicações étnicas dos Cassupá.

10 O acervo, localizado no Rio de Janeiro, é composto de 195.737 documentos textuais (795.602 páginas), 519 desenhos originais, 87 impressos aquarelados, 14.766 negativos fotográficos de 35 mm, 4.066 negativos fotográficos 6x6 cm, e 3.432 fotografias, além de 23 filmes cinematográficos de 35 mm e um de 16 mm. O “Fundo SPI”, como é identificado pelo Núcleo, está organizado conforme as Inspetorias Regionais do SPI acompanhando a sua última estrutura administrativa. O material foi digitalizado e armazenado em CDs (*Compact Disc*) no formato de imagem, facilitando a leitura do material, tendo em vista que há poucos anos a leitura era possível somente no local.

11 No primeiro semestre de 2014, tive o apoio por meio do projeto Ação Transversal Nº 06/2011 – Casadinho/Procad, parceria entre o PPGAS/UFAM e PPGAS-MN/UFRJ. Foram realizadas atividades de missão de estudos e participei de cursos no PPGAS/MN. Agradeço aos coordenadores: professora Thereza Christina Menezes, Antonio Carlos de Souza Lima e João Pacheco de Oliveira. Agradeço também a equipe do Museu do Índio, principalmente Rodrigo Piquet, Núcleo de Biblioteca e Arquivo – NUBARQ/Museu do Índio/FUNAI.

As narrativas indígenas que são a esteira deste trabalho encontram-se “A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá” (Maciel, 2003), produzida como requisito para conclusão do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Rondônia. A pesquisa foi realizada entre os anos de 1998 a 2003, seguindo uma vertente da História Oral que prima por dedicar um capítulo inteiro às narrativas que são publicadas na íntegra, proporcionando releituras além daquelas elaboradas na primeira leitura. O trabalho apresenta oito histórias de vida: Maria Tadeu Aikanã, José Ribeiro Aikanã, Maria Luíza Aikanã, Severino Cassupá, Maria Luíza Cassupá, Maria Lúcia Cassupá, Clóvis Cassupá e João Massaká. Vale sublinhar que a pesquisadora Márcia Maciel acompanhou Clóvis Cassupá no período em que visitou vários de seus parentes, Aikanã e Massaká, quando ele apresentava propostas para ser eleito ao cargo da presidência da OPICS. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 1998 a 2001. Concomitante a essas atividades de campanha, com o apoio da pesquisadora, disse que estava à procura dos “(...) *mais velhos, para conhecer a história do povo Cassupá*” (Clóvis Cassupá, 2003, p. 95). Nesse contexto, entende-se o conteúdo – as histórias de vida que se dedicam a comprovar/confirmar que os Cassupá são realmente “índios brasileiros” – e encontram-se nessas narrativas vários eventos sobre os contatos com agentes do Serviço de Proteção aos Índios SPI.

Esse povo indígena vive na capital de Rondônia, Porto Velho, desde 1973, após vários deslocamentos provocados pelas políticas indigenistas. A discussão é estabelecida a partir dos seguinte marcadores de mudança social: A) Os Cassupá e o Serviço de Proteção aos Índios (1940 a 1967), quando passaram a viver em trânsito nos Postos Indígenas presentes no rio Guaporé, trabalhando com caucho, extração de madeira, coleta de castanha, construção de estradas e entre outras atividades; B) O descolamento promovido pela FUNAI, instalando-os na cidade de Porto Velho; C) As reivindicações, iniciadas

em 1995, que visavam o reconhecimento étnico junto à FUNAI, por meio do Ministério Público, com o apoio do CIMI; D) Nos anos de 2012 e 2013, a partir da parceria da FUNAI e IBAMA com a Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia, é delimitada uma área visando integrar os Cassupá ao programa de medidas compensatórias da hidrelétrica no Rio Madeira. Tal processo de deslocamentos esteve amalgamado aos projetos de ocupação da Amazônia, bem como ao controle da circulação de povos indígenas e de matérias primas.

A minha aproximação com a trajetória do povo Cassupá ocorreu em uma disciplina cursada na graduação de Ciências Sociais em 2011¹². Minhas preocupações iniciais tratavam de discutir as reivindicações feitas pelos Cassupá, tendo como fio condutor as relações da OPICS. Tratava-se de algo simples, apenas um ensaio para avaliação da disciplina. Entretanto, as questões ficaram mais complexas e o trabalho tomou outras proporções levando-me ao Mestrado com esse tema. Conheci o povo Cassupá pela leitura do trabalho de Maciel (2003). Ao apresentar os objetivos de estudar a OPICS, colegas da graduação indicaram aproximação com Clóvis Cassupá, o presidente da Organização à época. Em conversavas, com esses colegas, perguntavam-me: “Já falou com Clóvis?”, ou ainda, “procura o Seu Clóvis?”. Logo percebi que era a pessoa de referência para ter acesso ao que se passava sobre as ações da Organização. Conversei algumas poucas vezes com ele e não tive oportunidade de registrar nossas conversas. Estava no término do meu trabalho de conclusão de curso e prestes a mudar de cidade. Clóvis também tinha a agenda cheia de viagens e tivemos muitos desencontros, porém sempre foi atencioso comigo. Clóvis Cassupá faleceu¹³ em 2015, em decorrência de câncer.

12 Bacharelado em Ciências Sociais, 2008-2011, pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

13 Clóvis Cassupá teve que responder a um processo criminal no ano de 2013. Ficou detido, privado de liberdade. Não tenho condições materiais para discutir o episódio neste texto. Resumo elaborado por Maciel (2003): “Clóvis Fernando Cassupá é coordenador da OPIC’S. Nasceu em 08 de outubro de 1952, no antigo posto do SPI Ricardo Franco. É filho de Alonso Cassupá e Maria Luíza Cassupá. Reside no bairro JK no município de Porto velho com sua esposa e filhos”.

Nessas rápidas conversas fui orientado por Clóvis a procurar o trabalho de Marcia Maciel, que eu já conhecia, e também autorizou que fizesse cópias das atas das assembleias da OPICS que estavam arquivadas no CIMI. Outra referência indicada por Clóvis foi o livro “Saudades do Brasil”, ele não lembrava o nome do autor e não tinha um exemplar, mas sabia que tinha fotografias de algumas pessoas das etnias Aikanã e Massaká (veremos mais adiante que esses dois povos são referências para os Cassupá). Eu disse que o livro era de um antropólogo francês chamado Claude Lévi-Strauss. Respondeu: – *“Não conheço. Seria legal ter um livro desse”*.

Na cidade de Porto Velho, os Cassupá iniciam a organização de sua narrativa, situam-se com quem e onde estavam. Em ata de assembleia de 2007 afirmam que: *“Nós, os povos Cassupá, Salamãï, Aikanã, Assiri, Kampé, reunidos na assembleia dos povos Cassupá [sic], no quilômetro 5,5 na BR – 364 sentido Cuiabá, para reforçar nossa identidade étnica e reivindicar nossos direitos como povos indígenas”*, continuam e apresentam os objetivos de forma direta: *“(…) para receber o tratamento a saúde diferenciada e buscar força na luta pela demarcação de nossa terra tradicional (…) viemos exigir providências no sentido de viabilizar perante a FUNAI a criação urgente do GT para identificação e legalização de nossa terra tradicional”*. Uma vez situados, apontam para a solução e indicam qual seria, em sua categoria, a “terra tradicional”, quer dizer que está *“(…) localizada no município de Chupinguaia, rio Pimenta [Bueno], desde o antigo Posto Indígena 15 de novembro ou Cascata até o rio Tanrú”*. Esses três pontos indicam de onde vieram, onde e com quem estavam, onde querem ir e como querem ir. Essa sequência fora construída a partir da OPICS, isto é, as reivindicações étnicas, concentradas na OPICS, formaram um ímã para reunir documentação e os elementos de sua narrativa¹⁴.

14 Nas primeiras versões, as atas foram feitas manualmente em português, pelos indígenas. As reuniões aconteciam no CIMI que ajudava os Cassupá a digitar algumas dessas atas. O Conselho ajudou na confecção dos ofícios expedidos pela OPICS.

A escrita tem um lugar de destaque no conjunto de materiais para os estudos das políticas indigenistas; caracterizando-se como um dispositivo de dominação. A prática de registrar e arquivar as atividades dessas políticas é hoje matéria tanto para os pesquisadores (que repensam a formação do Brasil e o papel social da ciência nesse processo) quanto para os agentes da política indígena que utilizam esses documentos em suas reivindicações. Até a criação da OPICS, os Cassupá escutavam que não tinham direito ao Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI¹⁵. Na observação de José Ribeiro Aikanã¹⁶ “(...) O pessoal fala que eles [os Cassupá] não são índios... Que são bolivianos... Mas não são não... Porque a mãe e o pai desses Cassupá que vivem hoje em Porto Velho saíram daqui da aldeia... Por isso que foram ter seus filhos longe daqui (...)” (2003: p. 56)¹⁷. Os Cassupá, no contexto urbano de Porto Velho, ouviam também que não tinham direito aos tratamentos de saúde indígena. Uso os verbos “escutar” e “ouvir” para destacar que os Cassupá em situações pontuais, por exemplo saúde, quando procuravam assistência médica para indígenas obtinham respostas negativas. Destacam-se outros verbos como “juntar”, “contar” e “organizar”, nas palavras de Clóvis:

E hoje o pessoal da Funai precisa saber porque nós nos juntamos na associação dos Cassupá e dos Salamã. Porque a FUNAI logo quando começamos a nos organizar considerou que nós não éramos índios. Quando nós soubemos disso nós começamos a nos movimentar... Fomos ver nossas histórias e procurando saber por onde anda aqueles mais velhos... Os antigos... Pra eles começarem a contar as nossas histórias... (Clóvis Cassupá, 2003, p. 101).

15 Expedido pela FUNAI, instituído pelo Estatuto do Índio, Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973.

16 Resumo feito por Maciel: “José Ribeiro nasceu no lugar chamado Cascata, foi seringueiro e atualmente vive da agricultura de subsistência. Mora no território Tubarão Latundê” (2003, p. 52).

17 Referente às citações das falas indígenas presentes em Maciel (2003), quando estiver reticências entre as frases é características adotada pela autora para indicar as pausas nas falas dos narradores. Porém, quando as reticências estiverem dentro de parênteses indicam subtrações de trechos das narrativas feitas por mim.

Com a Organização, as reivindicações para ter acesso a esses serviços passam por mudanças, isto é, os componentes passam por refinamentos de gêneros textuais, como ofícios e as respostas (escritas) dadas pelas agências estatais passam a ser documentos. Esses documentos são inseridos nas narrativas para legitimar e mensurar a abrangência das ações da OPICS e para formular novos questionamentos quando as respostas são insatisfatórias.

Na década de 1990 um personagem retorna à cena que naquele momento era dirigida pelos Cassupá. Esse personagem é Victor Dequech¹⁸. O primeiro contato se deu com famílias Massaká, na década de 1940 com a “expedição urucumacuã”; o segundo contato é no final de 1980 com a publicação da matéria: “Expedição Urucumacuan, Notas do Diário de Viagem”, no jornal “Alto Madeira”, com depoimentos e fotografias sobre os contatos com os Massaká e Aikanã, e o terceiro contato é na década de 1990, quando os Cassupá inserem essa publicação em suas narrativas. Usando dessa metáfora cinematográfica, é possível comparar o primeiro contato com o mais recente, sendo aquele no contexto do regime tutelar e da pacificação rondoniana e este sendo o contexto do protagonismo indígena no qual editam as falas e a composição da cena.

Até aqui descrevi o contexto que inicia da década de 1990 e vai até meados de 2000, nesse contexto os Cassupá iniciam a organização política por meio da OPICS. A pesquisa aponta que a escrita passou a ser elemento importante para construir “*A história do povo Cassupá*”; este é o título de um texto escrito por José Inácio Cassupá¹⁹ onde faz

18 Victor Dequech (1916-2011) formou-se na Escola de Minas de Ouro Preto em 1940, mesmo ano que passou a trabalhar no Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, ficando até 1951 (Dutra, 2012). “Conhecido por ser fundador da Geosol, [...] Dequech entra para a história de Rondônia a partir da Expedição da década de 40 que visava encontrar as lendárias Minas de Urucumacuã”. Luiz Brito e Beto Bertagna produzem um documentário como o título “Urucumacuã, A Salvação do Brasil”. <http://betobertagna.com>

19 Duran “Inácio Cassupá migrou para o município de Guajará-Mirim em busca de novas oportunidades, distanciando-se do povo indígena, mas não os abandonou. Sempre que possível, vai a Porto Velho visitar a família e participar das assembleias da Organização

o resumo da trajetória vivida no estado de Rondônia. Composto de três laudas e sem data, guardadas no acervo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI/RO. O documento descreve o resumo da história do grupo, no qual se encontra informações acerca de seus deslocamentos por Rondônia, provocados, além dos motivos já mencionados, também por conflitos em áreas de seringais, de garimpos e em terrenos que se sobrepunham aos territórios indígenas²⁰. À época, segundo dizem os interlocutores Cassupá, as famílias que acompanhavam o SPI em suas ações em Rondônia percorrendo o estado do sul em direção ao norte, eram reconhecidas como Aikanã e Massaká, em presença de diferentes denominações²¹, contribuindo, assim, para a associação destes grupos a outros que povoavam os terrenos em questão e, de certa forma, cooperando para o apagamento histórico de sua presença nestes contextos. Tomo esse texto como um link temporal para o presente estudo, isto é, o texto escrito nos anos 90 apresenta contextos dos primeiros contatos entre Aikanã, Massaká e os agentes indigenistas do SPI.

Encontrei o referido texto no acervo do CIMI, sem data e digitado em três páginas, escrito entre 1995 e 1997. A primeira data refere-se à criação da OPICS e a segunda é referente ao trabalho “Os

Indígena OPICS” (2016: p. 104).

20 Os dados contidos neste documento foram incluídos na obra “Os Povos Indígenas de Rondônia” (Sampaio, 1997). Nas pesquisas linguísticas com os Aikanã, o texto de José Inácio Cassupá é tido como uma espécie de versão cabal. Dentre esses trabalhos destacam-se (Bacelar, 2004), (Anonby, 2009), (Vasconcelos, 2002) e (Voort, 2000).

21 Na literatura consultada são encontradas várias denominações para os Aikanã. (Rondon, 1953) os chamou de Massaká, (Ayron, 1986) afirma que os Aikanã, são “[...] conhecido [s] como Tubarão [...] Huarí e Massaká”, mais adiante acrescenta que, “[...] têm sido chamados também de Cassupá e Mundé [...]” (1986, p. 94). De acordo com a revista (Panewa, 2002), em 1916 o Marechal Rondon conheceu os Aikanã com o nome de Malotudú usado pelos Nambikwara. (Lévi-Strauss, 1994) chamou-os de Mundé e afirma que são chamados Kepkiriwatt pelos Nambikwara. Outro registro é de (Anonby, 2009) onde, segundo o autor, esses índios podem ser conhecidos como: Cassupá, Kukupa, Corumbiara, Kolumbiara, Winzankyi, Uarie Wari. Deve-se tomar cuidado para não confundir com os *Wari*, grupo estudado por Aparecida Vilaça. De acordo com a autora, os *Wari* pertencem à família *Txapakura* (Vilaça, 1992: p. 29).

povos indígenas de Rondônia” (Sampaio, 1997, p. 63-70), pequeno livro que reúne resumidamente histórias dos povos indígenas de Rondônia, e nele encontra-se uma versão do texto em questão. Foi construído no momento de redirecionamento nas reivindicações do grupo, deixando de solicitar informações sobre os direitos indígenas de forma verbal e passando a registrar suas reivindicações por meio da escrita, que passa a ter uma posição de destaque, dando forma ao conteúdo das reivindicações que até então estavam vagas e dispersas. O texto apresenta marcadores – sob a perspectiva indígena – que versam desde a década de 1940, marco da extensão das linhas telegráficas desde o Mato Grosso, até as reivindicações por território, datadas da década de 1990. Naquelas páginas redigidas por Inácio Cassupá, elementos das vivências indígenas indicando eventos, personagens e práticas cotidianas vivenciadas no regime tutelar, como por exemplo, as expedições de minérios e a relação com os postos indígenas sob a agência do SPI, corroboram para o entendimento das transformações territoriais e sociais com eventos marcados nas memórias indígenas.

O circuito de diálogo é estabelecido pelas reivindicações étnicas. A escrita passa a ser elemento de transformação. O MPF/RO foi acionado pelos Cassupá para esclarecimentos junto à FUNAI ao que diz respeito à sua Terra. Os Cassupá solicitaram da FUNAI a formação do Grupo de Trabalho e, em ofício, a Fundação compilou uma resposta formada por partes de relatórios formados pelo INCRA e pela FUNAI na década de 1970. A resposta obtida foi a indicação de que a Terra Indígena Tubarão Latundê²² seria o lugar reservado aos Aikanã, sem contextualizar quais entendimentos, por parte da agência indigenista, das relações entre as duas etnias, Cassupá e Aikanã.

22 Terra Tubarão Latundê. Localizada no município de Chupinguaia – RO, com Superfície de 116.613 hectares. Decreto N° 259, de 29 de outubro de 1991. Convivem na Terra três povos, Aikanã, Kwazá e Nambikwara, população de 195 pessoas. Acessado em <https://terrasindigenas.org.br/en/terras-indigenas/3884>, último acesso em 17/10/17.

“QUANDO ESSE TAL DE SPI” CHEGOU

Para compreender o deslocamento aqui estudado é preciso ter no horizonte os seguintes eventos ocorridos entre 1940 a 1945: o primeiro contato entre os indígenas Aikanã e Massacá e os indigenistas; a Expedição Urucumacua²³, com objetivos de identificar mineração aurífera; a reorganização administrativa do SPI; e a Criação dos Territórios Federais. Até chegar à capital do estado de Rondônia, os Cassupá realizaram diversos deslocamentos. Contexto que se registra sua participação em diferentes frentes de atração promovidas pelo SPI e sua presença nos acampamentos de diferentes Postos Indígenas no estado. Tal envolvimento não esteve isento de conflitos com outros órgãos, agentes que, à época, compunham mecanismos chave no processo desenvolvimentista levado a cabo pelo Estado brasileiro”.

Em 1943 foram criados os Territórios Federais²⁴ e, em 1945, é criada a Nona Inspeção Regional – IR 9, do SPI, com sede em Porto Velho e jurisdição sob o Território Federal do Guaporé. A criação do Território e da Inspeção, ambas divisões políticas e administrativas, foram recortes territoriais do Amazonas e do Mato Grosso. As reformas realizadas nas Unidades do SPI eram embasadas nos conhecimentos acumulados pela prática indigenista e veremos a legitimidade dos agentes especializados em índios induzindo mudanças sociais. A criação da Nona Inspeção esteve ligada à determinada reforma no SPI. Os Postos Indígenas desta Inspeção foram resultado do rearranjo de Postos que atuavam sob jurisdição da Inspeção do estado do Amazonas e Território do Acre (Primeira Inspeção Regional – IR 1) e de Postos sob a jurisdição da Inspeção do estado do Mato

23 Encontraremos nos documentos várias grafias “Urucumacuan”, “Urucumacuan”, “Urucumaquan” e “Urucumacua”. Usarei a última versão por estar conforme o último acordo ortográfico. Lembrando que um distrito do município de Pimenta Bueno, em Rondônia, é nomeado por Urucumacua.

24 DECRETO-LEI Nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassu.

Grosso (Sexta Inspetoria Regional – IR 6). Essas Unidades podiam ser transferidas de lugar e ser renomeadas conforme os arranjos políticos e os conflitos regionais, seguindo as orientações do Serviço.

O texto de Inácio Cassupá inicia da seguinte forma *“Foi na década de 1940 que com extensão da linha telegráfica, que poderia ligar o norte do Brasil com o Sul ao encontro de Mato Grosso e Amazônia, na época não existia a atual Rondônia”*. Apontando para uma escala ampla e acionando eventos que de forma geral são bastante conhecidos. Porém, a proposta desta pesquisa é tratar esses eventos transitando entre essas escalas. Desta forma, ter-se-á dimensão das redes de interdependência desses agentes sociais. Como por exemplo a descrição feita por Severino Cassupá²⁵, sobre a chegada do SPI: *“Quando esse tal de SPI soube que a gente estava trabalhando para o Domingo Preto, foram lá na aldeia para tirar a gente de lá. Pra não deixar o negócio das plantações e do caucho que estava avançando demais ir pra frente”* (2003: p. 64). O primeiro contato do SPI é lembrado como marcador de mudanças. Na narrativa de Severino encontramos indicações de que Domingo Preto convivia com indígenas Massaká e Canoê antes das intervenções do SPI inseridas nas explorações de matéria prima e no controle de circulação de pessoas e das produções. Outra indicação de mudanças narradas por José Ribeiro Aikanã:

“Os antigos contaram que antes do pessoal ir embora. Os brancos reuniram todo mundo de manhã no rodeio para decidirem quem ia e quem não ia. Contam que os brancos chamados de Gelson e Clodoaldo chamaram todo mundo e uns índios diziam que iam, outros diziam que não iam. O cacique chamou todo mundo da aldeia pra saber quem ia. Enquanto estavam conversando o barco chegou e o branco falou que ia naquele dia mesmo e quem fosse ia com ele. Sei que acabou indo todo mundo. Tinha bastante gente pra ir” (José Ribeiro Aikanã, 2003, p. 53).

25 Resumo feito por Maciel (2003): “Severino Cassupá reside no território Tubarão Latundê. Nasceu no lugar chamado Cascata, no mês de fevereiro de 1920. Já foi seringueiro e hoje é aposentado. Compartilha sua vida com sua esposa Maria Tadeu, seus filhos e netos” (p.64).

A partir dessa convivência pode-se refletir que nesse contexto as mudanças ocorreram de acordo com os interesses no novo, no diferente, nesse caso, nas novidades levadas pelo branco, como declara Maria Tadeu Aikanã²⁶ “(...) o capitão Aritimum conversou com o pessoal da aldeia dele para trabalharem para o branco... Porque ele tinha prometido dar espingarda para todo mundo que quisesse trabalhar... Ficaram animados e começaram a trabalhar (...)” (2003, p, 49). Esses eventos podem ser dialogados aos estudos sobre o SPI. Tendo clareza que o indigenismo praticado no Brasil estava conectado ao projeto de integração do interior rural, com um corpo de ideias, práticas e instituições voltadas para incorporação econômica, política e cultural das sociedades indígenas ao denominado desenvolvimento nacional.

A atuação dos *brancos* do SPI demonstrada nesta narrativa aponta a autoridade designada a este agente, e o poder de decisão sobre os deslocamentos. Em um contexto de estudos onde prevalecem as percepções do exercício tutelar desde seus agentes e agências, as concepções indígenas sobre essa atuação podem trazer elementos que revelam a ação dos indígenas – suas reflexões e estratégias – frente às empreitadas das políticas indigenistas.

Sobre questões éticas, sabemos que havia muitos desvios de conduta por parte dos indigenistas. Há vários exemplos nos trabalhos de Freire (2005), Oliveira Filho (1988), Souza Lima (1992), dentre outros que compõem essa escola de pensamento. A administração do Posto Indígena Ricardo Franco é mais um exemplo sobre esse tema dentro dos estudos sobre o SPI.

O agente Clodoaldo de Medeiros Penha, citado anteriormente, era funcionário do SPI acusado de vários delitos. No ano de 1948, o chefe da Nona Inspetoria Regional, Álvaro Soares da Silva, encaminhou ao delegado de polícia de Guajará-Mirim um processo

26 Resumo feito por (Maciel, 2003) “Maria Tadeu, mora no território Tubarão Latundê, no município de Jupinguaia. Trabalhou como mão-de-obra na exploração do caucho e seringa. Atualmente vive da prática da agricultora de subsistência”

administrativo contra Clodoaldo, sob acusações de praticar abusos sexuais a três indígenas. Naquele momento, o agente ocupava o cargo de encarregado do Posto Indígena Ricardo Franco. Como escreveu o Chefe da Inspetoria:

“com efeito, Clodoaldo de Medeiros Penha praticou várias irregularidades que o incapacitaram e fizeram-no perder a confiança principalmente por ter abusado de três índias, de 7 a 15 anos, desvirginando-as e uma delas, por esse motivo, acaba de ser mãe. [...]. O art. 24 do decreto nº 5.484, de 27/6/1928, [Regula a situação dos índios nascidos no território nacional] em vigor, estabelece que os crimes contra a honra e honestidade das mulheres indígenas, quando forem cometidos por civilizados, serão punidos com as penas legais já existentes, e mais a dos agravantes caracterizado no art. Precedente ainda quando tenha havido no ato proposta ou consentimento da paciente, de seu pai, marido, irmão ou chefe da tribo” (NUBARQ/SPI. Microfilme 044_00116).

O ocorrido relatado neste trecho revela mais uma das inúmeras violências impostas aos indígenas e, ainda que punição atribuída pelo SPI tenha o intuito de reparar a ação e coibir esta conduta por parte dos agentes indigenistas, é possível que este ocorrido seja um caso, dentre os inúmeros não relatados e registrados nos documentos. Nesse sentido, estudar os Postos Indígenas é investir sob os microcosmos políticos das agências indigenistas em contextos regionais complexos e heterogêneos, com a emergência de múltiplas adequações na execução do poder tutelar.

Questões da administração são importantes para entender a racionalidade que formou o projeto da incorporação do índio à sociedade brasileira. Ações que corroboravam com os projetos de delimitações de fronteiras territoriais e com a necessidade de fazer a administração do Estado mais presente na Amazônia. Em 1940, na IR 1, o Inspetor Major Carlos Eugenio Chauvin elaborou o relatório²⁷ dos

27 Encontra-se nos Microfilmes 034_0005 a 034_00290. Acervo NUBARQ/SPI.

anos de 1940 e 1941. Esse relatório apresenta a trajetória da Inspetoria comparando as realizações e contextos históricos com administrações passadas; desta forma propunha a reestruturação do SPI no Amazonas. A partir de inúmeras expedições produzindo relatórios das condições dos Postos Indígenas pertencentes àquela Inspetoria foram revitalizadas várias Unidades.²⁸

No primeiro semestre de 1940, foi montado um programa de pesquisas dedicadas “às jazidas auríferas do Urucumacua”²⁹; esse tipo de estudo era desenvolvido em várias regiões do Brasil. O relatório daquele ano pelo Ministério da Agricultura descreve algumas das atividades dedicadas à mineração, afirmando que “diariamente, entram requerimentos, solicitando licença para pesquisas de minerais e descobertas se fazem todos os dias, de novas jazidas” (Paula *apud* Brasil, 1940, p. 339).

Nesse relatório encontram-se detalhes sobre formação da primeira turma para Expedição Urucumacua, como consta no relatório:

(...) foi organizado pelos generais Candido Mariano Rondon e Manuel Rabelo. Para facilitar sua execução, ficou combinado que o Serviço de Proteção ao Índio ficaria incumbido da tarefa de entrar em contato com as tribos indígenas, pacificá-las e reuni-las em fazendas, cuja localização seria determinada por técnico do Departamento Nacional de Produção Vegetal – DNPV, encarregados de proceder aos estudos agrológicos da

28 “Além dos relatórios de seus antecessores na chefia da Inspetoria, Chauvin embasa sua reorganização nos relatos das expedições realizadas em 1941, pelos Ajudantes Francisco Pereira Barroncas (com expedição direcionada à Ajudância do Rio Madeira), Sebastião Moacyr de Xerez (com expedição dedicadas à Ajudância do Rio Negro), José Mello Fiuza (com expedição efetivada na Ajudância do Rio Branco) e o próprio Inspetor realizou uma pequena expedição, nas proximidades de Manaus. Desses empreendimentos o principal é a expedição de Barroncas. Essas atividades tinham por finalidade registrar as condições que se encontravam as unidades de atuação da agência indigenista. As Ajudâncias não tinham funções administrativas, eram Unidades auxiliares nas divisões geográficas das atuações de cada Inspetoria Regional”. (Timóteo da Cunha, 2016).

29 As primeiras tentativas de encontrar as jazidas de Urucumacua remetem-se a contextos de meados do século XVIII. (Serra, 1857) a primeira publicação data-se em 1781, (Roquette-Pinto 1975), primeira edição em 1917, (Timóteo da Cunha, 2016).

região. (...) Para economia e facilidade de execução dos trabalhos, ficou também estabelecido que deviam partir e agir conjuntamente essas turmas, ficando assim organizada uma expedição mista, dirigida pelo Major Aluísio Pinheiro Ferreira, Diretor da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Inspetor [Carlos Chauvin], uma turma do Departamento da Produção Mineral, chefiada pelo engenheiro Alderico Rodrigues de Paula; uma do Departamento da Produção Vegetal, sob a chefia do agrônomo Moacir de Albuquerque Leão; e a turma do Serviço de Proteção aos Índios, chefiada pelo Sr. Francisco Meireles, que seria o encarregado do novo Posto de Pacificação. O pessoal técnico foi, assim, retirado dos quadros dos Departamentos e Serviço referidos, sendo os operários recrutados entre os habitantes da região já aclimatados e acostumados ao tipo de trabalhos a executar (Paula *apud* Brasil, 1940, p. 340-341).

Nesse trecho do relatório encontramos nomes de agentes que fizeram parte das políticas da formação de Rondônia. Dentre eles, destacam-se: Candido Rondon, Aluísio Ferreira³⁰ e Francisco Meireles³¹, porém não basta apenas indicar os nomes. É necessário ter em vista as redes de interdependências entre os agentes e as agências governamentais. Não cabe aqui estender essa discussão. Chamo atenção para os cuidados em isolar e atribuir responsabilidades para único agente. É possível compreender o lugar da agência indigenista nos projetos de colonização executados no século XX, problematizando as interações do programa de estudos auríferos e as intervenções políticas do SPI. Apesar de todos os investimentos as jazidas nunca foram encontradas, porém é preciso ter atenção para as consequências desses empreendimentos.

Outro nome relevante, para compreender as redes na formação de Rondônia, que esteve presente no início da expedição

30 Foi Diretor da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e Deputado e Governador do Território do Guaporé.

31 Sobre a trajetória desse indigenista Cf. (Freire, 2005: p. 303), o trabalho de (Leonel, 1995) tem várias menções das atividades realizadas por Francisco Meireles.

urucumacua é Ary Tupinambá Penna Pinheiro³². Destaca-se com estudos arqueológicos, antropológicos e de história natural sobre Rondônia; abordou sobre a expedição e outros temas no livro “Viver amazônico” (Pinheiro, 2000).

Este tipo de expedição é fonte para estudar a atuação e os exercícios de poder entre agentes indigenistas e entre estes e as sociedades indígenas. E o mais pertinente é ter como fonte não somente a escrita do Estado, mas, além desta, é importante trazer à discussão as narrativas indígenas. Estas não são apenas relatos, são, a seu modo, explicações, como dito no início deste texto, são “produto de suas próprias dinâmicas societárias”. Na citação abaixo, por exemplo, temos acesso a elementos de mudanças sociais:

“(...) com a desativação do acampamento de Urucumacua os índios ficaram sem rumo, uns mudaram de suas aldeias as para proximidades de Vilhena, o conhecido povo Aikanã. Outras famílias se adentravam nas matas em busca de vida melhor, vindo se situarem as margens do rio São Pedro a 100 Km de Pimenta Bueno, e os Massaká, vieram na companhia da turma de Américo Casara, a aldeia ficou desativada, que fez um varadouro de quase 200 Km, até na cabeceiras do rio Tanarú afluente do rio Pimenta”. (Clóvis Cassupá, s/d).

Esta citação é parte de uma narrativa feita por Clóvis Cassupá, em uma assembleia da OPICS, onde descreve uma versão do início das separações vividas pelos Cassupá, mas eles não foram os únicos, mudanças vividas, nesse período, por vários povos indígenas na região da Amazônia Meridional. No material consultado esta é a única vez que Américo Casara é citado nas narrativas indígenas; seria importante consultar como e se esse personagem está nas memórias dos povos indígenas dessa região. Para indicar, de forma breve, alguns feitos por Américo, cito trechos do texto “Américo Casara: Conquistador pacifique de L` Amazone” escrito por Claude Albert:

32 Conferir o ensaio de Pereira (2012), aborda parte da trajetória de Ary Pinheiro.

“Américo Casara era um daqueles homens imprudentes cuja paixão era tornar a vida da floresta viável para os homens. Depois de deixar vestígios de civilização no Equador, Peru e Colômbia, ele explorou os rios Escondido, Verde, Corumbiara, Guarajú, Apidiá, Pimenta Bueno e Piolho no território de Rondônia, no sul da Amazônia. (...). Nas margens do Corumbiara e de todos os seus afluentes, Américo e seus homens sequestraram 3.200 árvores durante a estação seca. Quando as chuvas incharam o [ilegível], eles empurraram os troncos flutuantes para o fluxo e, assim, reuniram-se, em Barranco Alto, 200 troncos grandes de comprimento variável de 15 a 20 metros para 1,50 metros de diâmetro. Todos estes troncos ligados formaram uma caravana de embarcações flutuantes, cada uma das quais cinco ou seis homens viajaram com a corrente. (...) Hoje, Américo não é mais. Ele morreu em Laranjeira, aos 65 anos, de um câncer com lábio inferior que era fatal para ele. Ao ver que o mal estava se agravando, o bispo Rey confiou a religião de um convento amigo de São Paulo que o tratou com devoção de 1937 a 1940. No final de seu tratamento, ele pensou que estava curado e escreveu a Rey uma carta em movimento expressando sua gratidão e afirmando que ele estava pronto para Voltar para Guajará-Mirim, então ele estava feliz. O mal, de fato, piorou. Ele chegou a Laranjeira para morrer lá” (Albert, 1964, p. 11, 12, 13)³³.

33 Tradução minha. Neste ponto agradeço a Felipe Vander Velden por ter ajudado a conseguir esse texto junto a Hein Van der Voort. O trecho original: “Americo Casara fut l’un de ces hommes téméraires dont la passion était de rendre la forêt vierge habitable aux hommes. Après avoir laissé des traces de civilisation en Équateur, au Pérou et en Colombie, il explora le rios Escondido, Verde, Corumbiara, Guarajú, Apidiá, Pimenta Bueno et Piolho das le territoire de Rondônia das L’Amazonie sud. (...) Sur les berges du Corumbiara et de tous ses afluentes, Americo et ses hommes abatirent 3.200 arbres durant la saison sèche. Lorsque les pluies eurent grossi les [ilegível], ils poussèrent les troncs flottants dans le courant et reunirent ainsi, à Barranco Alto, 200 troncs énormes dant la longueur variant de 15 à 20 mètres pour 1,50 mètres de diamètre. Tous ces troncs liés entre eux par cent formèrent un caravane d’iles flottantes our chacune desquelles cinq ou six hommes voyagèrent au gré du courant. (...) Aujourd’hui, Americo n’est plus. Il est mort à Laranjeira, à l’âge de 65 ans, d’un cancer à la lèvre inférieure qui lui fut fatal. Voyant que le mal s’aggravait, Mgr Rey le confia à des religieux d’un couvent ami de São Paulo qui le soignèrent avec dévouement de 1937 à 1940. En fin de traitement, il se crut guéri et écrivit à Mgr Rey une lettre émouvante où il exprimait sa reconnaissance et affirmait qu’il était prêt à revenir à pied à Guajara-Mirim, tellement il était heureux. Le mal, en fait, s’était aggravé. Il arriva à Laranjeira pour y mourir” (Albert, 1964, p. 11, 12, 13).

A região conhecida como Cascata, hoje situada no município de Chupinguaia, foi utilizada por vários povos indígenas entre eles estão: Aikanã, Canoê, Kwaza e Salamã. Serverino Cassupá diz que: *“Que o branco deu o nome de Cascata... Porque o lugar que ficava a aldeia tem uma parte do rio com muitas pedras e água forte... (...) Esse lugar hoje se chama Santa Aline. Que coisa! Do primeiro era Cascata. Agora é Fazenda Santa Aline!”* (2003, p. 64). Na obra *“Índios do Brasil”* encontra-se o seguinte registro: *“Quaiá, Capichamá, Quiapire, Canoê, Massacá e Salamã”* (Rondon, 1953, p. 124). As sociedades citadas, entre outras, passaram a compartilhar as dificuldades nas realizações dos rituais e no ensino da língua, em decorrência das mudanças no uso do espaço, da alimentação e da jornada de trabalho, como declara uma Aikanã: *“(...) Não alcancei o tempo dos velhos... Já vi os índios vivendo como branco... Já comia comida de branco... Porque antigo não come arroz e feijão não. Então o meu pai não comia feijão nem arroz (...)”* (Maria Luiza Aikanã, 2003, p. 62). Esses acontecimentos podem ser postos em diálogos com os estudos sobre o indigenismo brasileiro, uma vez que o ponto de vista indígena descreve as relações sociais, traz a cena da discussão agentes e eventos subsumidos nos relatórios estatais.

Em um relatório de 1945 sobre as atividades do Posto Indígena *“Pedro de Toledo”*, localizado no Alto rio Corumbiara, um afluente do rio Guaporé, descreve-se sobre os indígenas Massaká que *“(...) também este grupo já teve contato com civilizados, antes da chegada da Comissão do Urucumacuan, tendo alguns trabalhados como caucheiros. Poucos entendem o português”* (Acervo NUBARQ/SPI Microfilme 045_00282). A vida nesses Postos Indígenas seguia um padrão relativamente comum em relação a outras regiões, isto é, o *habitus* civilizado seria incorporado por meio do trabalho com a agricultura, domesticação de animais e, em determinadas regiões, a extração da borracha e/ou do caucho.

A partir da década de 1950, o percurso do grupo foi realizado pelos rios Pimenta, Mamoré e Guaporé e iniciou-se com a saída da cachoeira Cascata, à época, Posto Indígena “15 de novembro”, chegando ao Posto Indígena “Ricardo Franco”. Após alguns anos foram para uma vila Murtinho, às margens do rio Mamoré. O próximo local habitado foi “o Ribeirão”, segundo o texto de José Inácio Cassupá o local encontra-se no “quilômetro 294 da Estrada de Ferro Madeira Mamoré”. Clóvis Cassupá também indica trânsito entre vários postos indígenas:

Depois de muito tempo que tinha vivido na Cachoeira Madeira o tio Manelito foi para Bolívia e também ficou muito tempo trabalhando pra lá... Cortando seringa ... Tirando castanha... Até que uma vez nós viemos procurar ele... Nós viemos de pé lá do Lage... Gastamos meio dia pra chegar em Cachoeira Madeira. Papai também estava doente e a gente não sabia qual era a doença dele. Ele tomou muita banha de jacaré. Até que por final ele ficou bom. Então encontramos o titio e voltamos para o posto indígena do Lage. Onde a gente se encontrava trabalhando. Quando chegamos de volta, o encarregado do posto chamado Antônio falou que nós não podíamos tá se manifestando em outros lugares... Porque eles precisavam que o pessoal indígena ficasse lá. (p. 95).

O nome de Manoelito Cassupá proporciona abrir parênteses sobre missionários na participação dos contatos com os povos indígenas em Rondônia. Não encontrei registro na documentação do SPI com menção de que Manelito tenha chegado ao território boliviano, conforme foi dito na citação acima. Não obstante, em relatório feito pelo funcionário do SPI, José Azevedo Dantas, em 1965, afirma que Manoelito “trabalhador (índio)” estava com a incumbência de chefiar o subposto Amargoso vinculado ao Posto Indígena Major Amarante. Dantas transcreve queixas, feitas por Manoelito, contra as missões Novas Tribos do Brasil:

“(…) seu José Dantas, peço-lhe providências para a retirada dos Missionários desse Posto, pois além de não darem

assistência alguma aos parentes, vivem exclusivamente do fazer fofoca, incentivando os parentes de encontro aos Padres, dizendo para eles não permitirem a entrada de Padres no Posto, pois que os mesmo só trazem doença e pecado, além de tudo, atrapalham os parentes no trabalho das lavouras, pois na hora de mais necessito deles, são chamados para rezarem, e não tem hora marcada, fazendo a qualquer hora que chegam aqui, prejudicando assim a boa marcha e desenvolvimento dos serviços.” (Acervo NUBARQ/SPI Microfilme045_01282).

Naquele ano, Dantas realizou inspeções nos Postos Indígenas: Major Amarante, Cachoeira do Ribeirão, Tenente Lira e Dr. Tanajura e ressaltou a que as referidas Missões atrapalhavam a realização das atividades do SPI. Mais adiante no mesmo relatório solicita à Direção do SPI providências que se fizessem necessárias para “(...) o afastamento por definitivo, dos missionários Americanos das Novas Tribos do Brasil”, nos Postos Indígenas dessa Unidade [Inspetoria IR 9], para o melhor andamento daquelas unidades e melhor desenvolvimentos de nossos irmãos Pacaas-Novos” (Acervo NUBARQ/SPI Microfilme045_01284).

Porém, três anos antes, isto é, em 1962 o Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, Diretor do SPI, autorizou a atuação de Seila Soeiro, vinculada à Missão, para realizar “(...) trabalho de catequese, análise da língua indígena, alfabetização na língua dos índios e em português, enfermagem e tudo mais quanto estiver ao seu alcance, sempre em colaboração com este Serviço (...)” (Acervo NUBARQ/SPI Microfilme045_00788). Essa autorização estava localizada nos rio Lage, Negro e Pacaás-Novos com os indígenas Pacaás-Novos. A cronologia aqui é delicada. Em 1962, houve autorização para a Missão atuar junto aos Pacaás-Novos. No ano de 1965 os missionários são denunciados por ações violentas contra indígenas em outros Postos Indígenas e com outras etnias. Todavia, no ano de 1958 registra-se vários ofícios expedidos da direção do SPI para o ministério da agricultura; cito um

deles, escrito pelo Diretor Coronel José Luiz Guedes: “(...) Missionários Protestante estão envolvidos em atividades criminosas de contrabando de minérios, no Porto Dr. Tanajura (...)” (Acervo NUBARQ/SPI Microfilme045_00099), nesse conjunto de críticas, afirmava-se que era necessário a retirada da Missão Novas Tribos do Brasil, pois havia se tornado empecilho para o SPI. A leitura, aqui proposta, ainda é falha, pois não traz a perspectiva da Missão, que se torna indispensável para a crítica mais madura. Mas, esses eventos são relevantes nesse tema, pois contribui à crítica da supervalorização do SPI. Quero dizer que não era “o SPI” agindo, ao invés disso eram pessoas agindo em nome de determinados interesses e relações. Esses determinados interesses estavam inseridos nas relações objetivas entre os indigenistas e os demais agentes sociais, que ora eram seringueiros, ora missionários e os próprios indígenas, por exemplo.

A DISPUTA PELA ADMINISTRAÇÃO DOS ÍNDIOS NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

Entre as décadas de 1950 e 1960 a documentação elaborada pelos inspetores que estiveram à frente de Nona Inspetoria demonstra atenção dada para a região do Posto Ricardo Franco. Uma das atividades que vinham sendo realizadas era a retirada de dormentes³⁴ da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM³⁵, utilizando a mão de obra indígena. Esse desmonte da Ferrovia ainda é pouco estudado. Foi estabelecido um contrato entre a Ferrovia e o SPI³⁶: os indígenas retiravam os dormentes e o SPI vendia para a diretoria da Ferrovia.

34 Trata-se das peças de madeira que assentavam os trilhos da Ferrovia. Esse desmonte da Estrada de Ferro ainda é tema que merece ser aprofundado.

35 Esta Ferrovia causou uma grande diminuição populacional há vários grupos indígenas. Sobre essa Ferrovia há os trabalhos de (Craig, 1947), (Ferreira, 1987), (Fonseca & Teixeira, 2002) e (Fonseca, 2014).

36 Nessas décadas também ocorreram as investidas da exploração da cassiterita (Rabelo, 2004) e a construção da BR 029, a atual BR 364, esses eventos promoveram crescimentos populacionais migratórios para a região de Rondônia. Para esta pesquisa é importante

Vemos duas atividades que parecem anacrônicas que acontecem ao mesmo tempo e espaço: desmonte da Ferrovia, empreendimento fundado na extração do látex, e a permanência da exploração dessa matéria. Desta forma, considerar as atividades de extração da borracha é fundamental para discutir o trabalho da mão de obra indígena nesta região, ainda há caminho por percorrer nesse sentido. Em 1948, no Posto Ricardo Franco, foram produzidas quatorze bolas de borracha, aproximadamente 400 quilos. O material foi extraído pelos seringueiros indígenas que residiam no Posto, Vicente e Ambrozio Tirete, Roberto Ingaba e Antonio Joaquim. A etnia não foi informada. O Encarregado do Posto solicitava ao chefe da Inspetoria a confirmação da proporção que deveria ser paga aos indígenas: 60% para os produtores e 40% ficando ao fornecimento do Posto e para o patrimônio indígena (Acervo NUBARQ/SPI Microfilme 044_01120).

Além das transformações territoriais e técnicas agrícolas, no final da década de 1950 nessa região havia um trabalho peculiar. Trata-se da retirada de dormentes da EFMM. Essas atividades provocavam conflitos entre os agentes do SPI, gerando desvio de madeira e ausência de contratos. O chefe da Nona Inspetoria, Oriculo Castello Branco Bandeira, diz, em 1957 que,

“Esta chefia recebeu do encarregado do Posto Ricardo Franco a comunicação de que existe um pessoal trabalhando na tiragem de dormentes, para a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, autorizado pelo inspetor Alfredo Silva, quando chefe desta inspetoria, desde princípios de 1955. Como não

ressaltar que as atividades nos Postos Indígenas nos rios Madeira, Guaporé e Mamoré presentes nas fronteiras entre o Brasil e a Bolívia continuaram na agenda prioritária do SPI. Entretanto, a partir da década de 1960 a execução da construção da BR 364 Acre-Brasília chamou a atenção do SPI para o trajeto que delimitou a rodovia. Nessa região os impactos com os programas da colonização do INCRA foram imensos. Há vários estudos que focam a construção e impacto da BR 364, refiro-me principalmente nos trabalhos: (Lima, 2001) e o impacto sob o povo Katukina do Acre, (Théry, 2005) sobre o papel da estrada na expansão das fronteiras, (Verdum, 2007) e a análise sobre a estrada no projeto de Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas – IIRSA, e por fim (Fiori, 2012), refletindo a construção da BR nos termos “rodovia do desenvolvimento” e “rodovia do desmatamento”.

temos documentos nenhum na inspetoria, nem no posto, respectivamente, que comprove este contrato, procurei avistar-me com o diretor da referida estrada. Dr. Wadih Darwich Zacharias, afim de saber como foi combinada essa tiragem de dormentes. Pelo mesmo fui informando de que havia sido autorizado pelo diretor do serviço de proteção aos índios, naquela época (1955); não havendo contrato neste sentido, ficando apenas a estrada de ferro, sujeita ao pagamento de Cr\$ 3,00 por dormentes” (Acervo NUBARQ/SPI Microfilme 044_01165).

Havia preocupações sobre o andamento dessas negociações, pois fugia ao controle do SPI e ficava sob a responsabilidade dos encarregados dos Postos Indígenas, neste caso, especificamente, trata-se do Posto Indígena Ricardo Franco. Sobre esclarecimentos da contratação da retirada dos dormentes, o chefe da IR 9, Oriculo, questionou Walter Berworth, que assumia o cargo de Diretor da EFMM, quanto a extração de dormentes. Em meados de 1950, a descrição dessa atividade vem acrescentar elementos que ainda não foram tratados pelos estudos dedicados aos contextos da construção e da decadência da EFMM, ou seja, ainda nos falta compreender os usos da mão de obra indígena no período da construção e, depois da decadência da Ferrovia.

Nos relatórios do SPI, classificava-se os índios que viviam e percorriam esta região como índios do Brasil e índios da Bolívia, marcando claramente esta distinção por nacionalidade. Porém, não fica claro os detalhes das etnias. É fato que o SPI, acerca dos índios brasileiros, engrenava um projeto de nacionalização e demarcação de fronteiras. Atender exclusivamente aos índios no território brasileiro estava na agenda de ações da política indigenista desta agência. Corroborar o projeto de nação aos moldes do SPI significava a exclusão dos índios bolivianos – ameaças à demarcação de fronteiras e à soberania nacional.

Encontrei nas narrativas indígenas, que apoiam a pesquisa, indicações de convivência com bolivianos. Como afirma João Massaká³⁷:

“Esses bois aí... Existem porque vieram da Bolívia. Os bolivianos levaram os Massaká e um pouco de Canoé para trabalhar na Bolívia... Para conseguirem esses gados que tem aí... Se não fossem esses antigos... Não tinha boi não aqui... Pensa que foi comprado pela Funai ou pelo SPI? Não foi não. Foi comprado pelos índios daqui mesmo... Por isso tá aí. Como é daqui mesmo quando querem matam e comem” (João Massaká, 2003, p. 108).

Entretanto, quando nos deparamos com grupos indígenas que viviam entre as margens dos rios que passaram a ser bolivianas, pela demarcação de fronteiras nacionais, interagindo com os grupos que viviam nas margens brasileiras, faz-se necessário reunir mais elementos para pesquisa. Nesse sentido, é possível apontar uma escassez de informações nos registros do SPI e de estudos que listam os Postos Indígenas.

Contudo, destaco o caso dos indígenas Moré³⁸, descritos nos relatórios do SPI, e da Colônia Indígena Moré, que era unidade boliviana fronteira com o Brasil. Há registros de que indígenas

37 Resumo feito por Maciel (2003): “João Massaká nasceu em setembro de 1953, no antigo posto indígena Ricardo Franco. É filho de Julião Massaká e Maria Macurap. No estado civil é solteiro, mas vive maritalmente. Saiu ainda jovem do território onde nasceu... Passou por muitos lugares, mas retornou ao lugar de seu nascimento depois que formou família. Em sua jornada foi seringueiro e garimpeiro. Atualmente vive do plantio do seu roçado”.

38 A Biblioteca virtual de Pueblos Indígenas informa que: “A comienzo del siglo XX, los actuales moré ocupaban todavía una extensa zona entre los ríos Guaporé y Mamoré. A comienzos de los años 30 del siglo XX, el antropólogo alemán Snethlage visitó a los moré y realizó una primera descripción de su cultura. Snethlage estimaba el número de los moré entre 3.000 a 5.000. En 1937, el educador Luis Leigue Castedo fundó un primer núcleo escolar, que forma parte del movimiento educacional de Warisata. Este educador se asumió como civilizador, e inició, ayudado por el ejército, la persecución de los moré libres, para reducirlos en el núcleo indígenal. Una parte considerable de la población pereció después del contacto, a causa de enfermedades desconocidas, contra las cuales sus cuerpos no tenían una defensa. Familia Lingüística: Chapakura, Nombre atribuido: Moré; Itenéz, Autodenominación: Moregena, Ubicación: Departamento del Beni; provincia Mamoré; municipio Puerto Siles. Población: 120 hab.; la comunidad principal es Monte Azul o Moré. El pueblo moré tiene grandes problemas de reproducción.”, Disponível em <http://pueblosindigenas.bvsp.org.bo/php/level.php?lang=es&component=50&item=25>. Último acesso: 21/10/17.

fugitivos da Bolívia procuravam abrigo nos Postos brasileiros. É claro, e como já foi dito, que os postos indígenas mudavam de nome e de localização de acordo com a conveniência da agência indigenista e isso dificulta, em alguns casos, localizar os registros dos postos que passaram por mais mudanças.

Em março de 1958, Afonso de Azevedo, então encarregado do Posto Ricardo Franco, comunicou a chefia da Inspetoria que

[...] 7 índios bolivianos que vêm fugindo aos maus tratos e as humilhações que sofrem inclusive a invasão de suas casas pelo filho do chefe, que os expulsa a chicote, e apossa-se de suas mulheres e filhas. Faço-o ciente que os índios de nosso Posto os acolheram em suas casas e os esconderão caso queiramos entregá-los, pois sabem o chefe do Posto Moré Sr. Luiz Leigh, fará as maiores barbaridades caso se aposses deles. Peço que informe se posso mantê-los aqui, sem ônus para o serviço, pois sendo eles bons trabalhadores se manterão com o trabalho deles, e ainda darão alguma renda ao Posto (Acervo NUBARQ/SPI Microfilme 042_00578).

Alguns meses depois desse comunicado, em 1959, o mesmo encarregado relata uma invasão ao Posto Ricardo Franco com investidas a procura dos índios. O encarregado solicita providências de um delegado do município de Guajará-Mirim:

Comunico-vos que em dias do mês de fevereiro do corrente ano, elementos bolivianos que trabalham na Colônia Indígena 'Moré', situada na margem esquerda do Rio Guaporé invadiram esse Posto a mão armada portando revólveres e fuzis desacatando os moradores do referido posto, da vizinhanças, revistando todas as casas quer familiares ou não com intento de retirarem a pulso do Posto 7 índios que fugiram da Colônia de Moré e refugiaram-se nesse posto e dos quais as autoridades superiores do SPI já têm conhecimento, tendo a administração deste posto, ordem de não entregar os referidos índios. Eu não me encontrava no Posto nesta ocasião pois achavam-se em Guajará-Mirim tratando de interesses do mesmo e os índios não foram encontrados porque se achavam

trabalhando no castanhal do Posto pelo que os referidos elementos voltaram a Bolívia sem que da invasão do Posto tenha ocorrida consequências de natureza mais grave. Diante do exposto, solicito providencias afim de que o fato não volte a se repetir. (Acervo NUBARQ/SPI Microfilme 042_00579).

A presença dos indígenas Moré causou discussões entre os agentes do SPI. O chefe da Nona Inspetoria, em meados de 1959, procurou esclarecer sobre o contato com essa etnia diante aos questionamentos do diretor do Serviço, Coronel José Luiz Guedes. Escreveu o chefe:

(...) 2. Cumpre-me esclarecer à Vossa Senhoria que, segundo estamos informados pelos moradores antigos da região, o caso atual é o terceiro caso registrado e ainda sobretudo que absolutamente não são bolivianos, mas brasileiros os índios Morés. 3. Tribo numerosa, aguerrida e forte viviam esses selvícolas em ambas as margens do rio Guaporé (lados brasileiros e boliviano) com malocas e roçadas atacando de preferência os civilizados no local conhecido pelo nome "Corte". Esse local é um canal aberto pelo próprio rio em um cotovelo, pelo lado brasileiro, o que reduz o tempo gasto no percurso a 5 minutos, quando pela volta total do rio gastam-se umas duas horas. Canal de 30 a 40 metros de largura, os índios, postados em ambas as margens, emboscavam quantas embarcações tentassem passar durante o dia. 4. Os Morés foram pacificados lá pelos anos de 1934 a 1936, pelo alemão COMARY, que tinha uma fazenda de gado na região boliviana. 5. Em 1938, o posto Ricardo Franco, que se achava localizado na foz do rio Ouro Preto, afluente do Pacaas Novos, foi transferido para o rio Guaporé, onde hoje se acha, e todos os Morés foram então aldeados no P.I. Ricardo Franco pelo então encarregado, tenente João Freire de Rivoredo (Acervo NUBARQ/SPI. Microfilme 044_01236).

Defende-se, que os indígenas Moré são brasileiros e não bolivianos. Mais adiante, ainda nesse esclarecimento, Silvio dos Santos traz um resumo dessa discussão. Diz que:

6. No fim de 1958 chegou à zona de localização do Ricardo Franco o Sr. Luiz Leigue Castedo, professor boliviano, que organizou um posto mais abaixo e pleiteou que os Morés lhe fossem entregues, o que criminosamente lhe concederam, praticando-se esse inacreditável absurdo sob a alegação de que o [Posto] Ricardo Franco tinha índios demais. 7. O Sr. Luiz Leigue praticando verdadeira escravização, obriga os índios a trabalharem para ele, maltratando-os e, segundo consta ao longo da fronteira, já matou diversos a chicotes, fome e outros a maus tratos. 10 - Aos fatos enumerados bastariam para concluir-se que o Sr. Luiz Leigue Castedo não pode merecer confiança para receber de volta os índios Morés. Mas, há considerar ainda que esses índios são brasileiros e como tal não podem e não devem ser entregues ao posto indígena estrangeiro, dirigido por um homem arbitrário que viola a fronteira do país vizinho e carrasco desumano que explora os infelizes-selvícolas em seu proveito e os sevicia cruelmente. 12. Em vista do exposto, esta inspetoria tem a honra de opinar que ditos índios sejam transferidos para o posto indígena Major Amarante, onde ficarão assistidos como índios brasileiros que são e de solicitar e essa diretoria a devida autorização para tal fim. 13. Outrossim permito-me sugerir sejam tomadas providências junto às autoridades do país irmão, a Bolívia, a fim de impedir-se o Sr. Luiz Leigue de repetir invasões armadas do Território Nacional, pois que um tal procedimento pode dar causa a lamentáveis consequências. Todo brasileiro sente-se naturalmente ferido em seus brios e em sua própria honra ante a invasão do solo pátrio, e um tal tratamento de menosprezo e de desrespeito aos nossos sentimentos de patriotismo e aos nossos sagrados direitos foram muito fundo, a alma de quem forma o seu caráter e vive nessa escola de civismo que é o S.P.I. (Acervo NUBARQ/SPI. Microfilme 044_01237).

O episódio sobre esse conflito foi brevemente descrito no livro *“Los Indios Moré: notas etnográficas”*, escrito por Stig Ryden e publicado em 1958. Esse livro é resultado dos estudos realizadas no fim da década de 1930 junto a um grupo Moré no rio Guaporé. Esse trabalho faz parte de inúmeras pesquisas, realizadas por Ryden, sobre arqueologia e etnologia referente aos povos indígenas que vivem na

Bolívia. Segundo o autor, o único objetivo que o levou aos indígenas Moré foi “*coleccionar objetos etnográficos para el Museo de Gotemburgo*” (Ryden, 1958, p. 18).

Emil-Heinrich Snethlage concretizou uma expedição no vale do rio Guaporé, entre 1933 e 1935, com objetivo de coletar artefatos para o Museu Etnográfico de Berlim, (Mere 2013). Suas descrições sobre os Moré foram orientadoras para Ryden, que esteve na região nos anos de 1938 e 1939. Os funcionários do SPI reivindicavam que os indígenas eram brasileiros e Leigue afirmava que os indígenas eram bolivianos. Na citação acima, Ryden afirma que viviam no lado Boliviano.

Snethlage, tendo convivido com o grupo em destaque, afirma que viviam no lado boliviano. Em mais um trecho do diário de registre-se que

No território dos Moré e Itoreauhip na margem boliviana do baixo Guaporé e no rio Azul afluente do Guaporé na Bolívia. Encontrei neste tempo somente uma maloca com 5 famílias no Brasil. Elles caçavam na margem brasileira do Mamoré um pouco embaixo da boca do Guaporé até quase o forte da Príncipe da Beira. Subi depois uma pequena demora em Guajara Mirim no 30 de novembro 1933 com o capitão Aluizio Ferreira até o Forte e para baixo de novo até o Campamento Komareck na margem boliviana (Snethlage, *apud* Mere, 2013, p. 780).

Ponderando a discussão, percebe-se que o Posto Ricardo Franco foi transferido para uma região utilizada pelos indígenas Moré que viviam no lado boliviano. A data dessa transferência coincide com a construção do Núcleo Indígena Moré. Esse Núcleo fazia parte da política indigenista boliviana. As transferências das unidades indigenistas ocorriam com certa frequência de acordo com as demandas do SPI. Transferir um Posto era também mudar de local os equipamentos, as pessoas e as estratégias dos contatos e das explorações dos recursos.

Ryden descreve o trabalho realizado no Núcleo Indígena Moré, com características bastante parecidas da escrita ufanista e evolucionista que encontramos na escrita dos agentes do SPI. Diz Ryden:

El trabajo realizado por los representantes del gobierno boliviano en la estación de pacificación “Núcleo Indígenal Moré” para el bienestar de los indios, merece todo reconocimiento. Desde un punto de vista etnográfico la extinción de una tribu parece sensible, pero lo primitivo de la gente atrasada la sentencia a una completa extinción -infortunadamente es la ley del progreso - y siendo este un hecho inevitable, solamente se puede dar aprobación a la labor del gobierno boliviano capacitándolos dentro de las condiciones modernas. Lo llevado a cabo en el “Núcleo Indígenal Moré” ha sido efectuado con escasos recursos financieros pero con grandes ideales y entusiasmo de parte de los “indigenistas” que la llevaron a cabo. Las amplias áreas cultivadas alrededor del puesto muestran que el trabajo ha producido ya los frutos deseados. Esta obra de pacificación de los moré fue posible gracias a Snethlage. No solo se trata del primer blanco que entró en contacto pacífico con los indios en los tiempos modernos, sino también el primer etnógrafo, y afortunado como para familiarizarse con ellos, antes que la influencia de los blancos hubiera afectado su cultura en una apreciable extensión (Ryden, 1958, p. 60).

Luis Leigue Castedo produziu um livro “*El Itenez Salvaje*”, publicado em 1957, um ano antes da publicação de Ryden. Ambas fazem parte da *Clección de Etnografía y Folklore* organizada pelo governo Boliviano junto ao Ministério da Educação. Castedo foi o encarregado do Núcleo indicado nas citações pretéritas. Procurando acrescentar algo sobre esse agente, trago um resumo feito por Taborga (1974), no qual descreve brevemente o trabalho de Castedo:

Fundador y colonizador de Moré – una escuela silvícola situada en los márgenes del río Iténez- Luis Leigue Castedo es acaso la más alta vocación docente que se haya dado en el país. Internado en la selva durante 25 años,

Leigue agrupa tribus, alfabetiza, labra la tierra y, al final, incorpora cientos de familias bárbaras a la civilización (Taborga, 1974, p. 59).

O caso Moré demonstra que havia interações entre povos indígenas na divisão fronteiriça dos territórios nacionais. De certo, em contato com a memória deste povo, poder-se-iam elaborar questões e críticas mais detalhadas acerca das “fugas” dos indígenas Moré que procuravam abrigo no Posto Indígena do lado brasileiro. Não cabe aqui ir aos detalhes, porém é fundamental discutir essas disputas administrativas para entender sobre os estabelecimentos das fronteiras na região. A exposição sobre os Moré remete diretamente aos Cassupá, que também vivenciaram esta classificação de índios que não são brasileiros, pois eram apontados como bolivianos. Essas classificações atribuídas pelos agentes indígenas, que tomam as fronteiras nacionais como elemento de distinção, são expressas no narrar Cassupá.

A RESERVA INDÍGENA NA CIDADE

Neste último tópico apresento algumas das relações sociais estabelecidas entre a chegada dos Cassupá a Porto Velho, 1973, e a homologação da Reserva Indígena Cassupá, em 2013. De acordo com a Portaria 298 - 21/10/2013, 149 pessoas vivem na Reserva. Há famílias formadas por casamentos entre indígenas e não indígena, muitos com filhos de outros relacionamentos³⁹.

No final da década de 1960, algumas famílias foram para o Posto Tenente Lira, próximo ao rio Lage. No ano de 1973, por intermédio da FUNAI, os Cassupá chegaram a Porto Velho em uma área do Ministério da Agricultura, momento que ocorreu muitas mudanças. Nas palavras de José Inácio Cassupá “(...) *na FUNAI [rio Lage] era ruim, mas nós podíamos fazer roça, planta macacheira [sic] e milho, caçar e pescar; e aqui [Ministério da Agricultura] nós não podemos fazer*

³⁹ <https://terrasindigenas.org.br/en/terras-indigenas/5382#demografia>. Último acesso: 21/10/17.

nada disso... Quem tinha mais condições foram mora [sic] na cidade. Quem não tinha, foi pagar aluguel..." (s/d)⁴⁰.

Os Cassupá vivem em Porto Velho e hoje são quase duzentas pessoas. Segundo Clóvis, a renda financeira das famílias provém de aposentadorias, venda de artesanatos e trabalho assalariado como pedreiros e eletricitas; a maioria das pessoas realizam várias atividades autônomas que não proporcionam uma renda fixa.

Os Cassupá viveram sucessivos deslocamentos, induzidos por políticas indigenistas do SPI e da FUNAI. No ano de 1973 partiram do Posto Indígena Ricardo Franco, em Guajará-Mirim, para Porto Velho. A narrativa de Maria Luíza Cassupá⁴¹ apresenta alguns aspectos dessas mudanças: *"Nós vivemos muito tempo andando de um lugar para outro... Nesse percurso tive todos os meus filhos. O mais velho eu tive lá no Ricardo Franco... Agora no Ribeirão eu tive todos os outros. Depois de venderem esse Ribeirão nos chamaram para o Ministério da Agricultura"* (2003, p. 81). Seguindo nessa narrativa vemos que os deslocamentos continuaram, mesmo que em menores percursos, comparando com as mudanças entre os Postos indígenas:

"Moramos em vários lugares aqui no Ministério da Agricultura. Primeiro ficamos numa casa todo mundo junto... Depois fomos para o fundo da área... Um lugar que ficou chamado de Mucura... Lá tinha uma fazenda... Nunca mais fui para o lado de lá. O Ministério da Agricultura vendeu esse lugar e nós tivemos que sair... desocupar a área. O fazendeiro tirou todos os bois da fazenda e mandou para o sítio. Nós viemos morar nestas casas aqui para o lado da frente porque os trabalhadores do Ministério tinham se aposentado e ido para a cidade e as casas ficaram vazias" (Maria Luíza Cassupá, 2003, p. 81).

Isto quer dizer que o local atual onde vivem não foi aquele da chegada. Quando conheci os Cassupá, o endereço para encontrá-

40 Texto avulso encontrado no CIMI em Porto Velho.

41 Resumo feito por Maciel (2003): "Maria Luíza Cassupá nasceu na antiga aldeia que passou a ser chamada de Cascata, no mês de junho de 1935, é viúva, aposentada e reside na área cedida pelo ministério da agricultura, na BR - 364, KM 5,5."

los era esse: “BR - 364, KM 5,5, saindo de Porto Velho sentido Cuiabá. Aos fundos do terreno da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária”. Essa é a localização da Reserva indígena Cassupá. Encontramos nas narrativas indígenas e nas explicações de Maciel (2003) que o local no qual os Cassupá foram levados, por medidas da FUNAI, foi “área cedida pelo ministério da agricultura”; é preciso ressaltar. Ainda não encontrei documentação indigenista que justifique essa transferência. De certo, é preciso modificar o entendimento de “área cedida” devido a questionamentos sobre os interesses em transferir algumas famílias para a capital do estado e alocá-las em território de fronteira entre fazenda e terras públicas. Essa questão ainda é uma lacuna para entender a trajetória Cassupá.

Um dado relevante, contudo ausente do narrar Cassupá, é a Terra Indígena Massaká, registrada nos documentos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI (1990), encontrei a informação de que a FUNAI havia realizado a identificação de uma Terra Indígena em Porto Velho, denominada “Massaká” [sic] onde, segundo a instituição, viviam pessoas pertencentes à etnia Aikanã (CEDI, 1991). Com isso procurei tal informação por via do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão)⁴². Solicitei o relatório da identificação da Terra Indígena “Massaká”, na cidade de Porto Velho. A resposta que obtive foi esta:

“conforme resposta proferida pela unidade da Funai responsável pelo assunto do seu pedido de informação, informamos que a Terra Indígena ‘Massaká’, município de Porto Velho/RO, não está registrada no Sistema Indigenista de Informação (SII), bem como na Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID), desta Fundação. No entanto, no município supracitado estão situadas as Terras Indígenas Karipuna, Karitiana e Kaxarari” (MJ/FUNAI, protocolo 08850007188201341, 2013).

42 O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal”. <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>

Reservada nas proximidades do local onde os Cassupá iniciaram a vida em Porto Velho, a referida publicação (CEDI, 1990) indica os seguintes dados: “Terra indígena não reconhecida oficialmente. Povo: Aikanã. Situação jurídica: sem providência. Histórico: município de Porto Velho”. Não há transparência sobre a possibilidade de se realizar estudos da viabilidade de demarcação de terra indígena para a área onde os Cassupá viviam em Porto Velho. A partir dos relatos indígenas, pode-se dizer que essa área não foi cedida oficialmente pela EMBRAPA. Os indígenas foram levados e ocupavam esta área em condições de improviso. Devido à ausência dessa informação nas narrativas, é possível afirmar que o grupo nunca foi consultado. O CEDI (1990) fez essas afirmações com base em um relatório da FUNAI de 1989.

As reivindicações dos Cassupá atingem notoriedade no campo da política indígena e indigenista no estado de Rondônia, entre meados da década de 1990 e a década de 2000. A OPICS promoveu inúmeras reuniões para organizar suas reivindicações e o representante Clóvis Cassupá esteve presente em vários outros eventos no estado de Rondônia. Um exemplo é a sua presença no programa de mitigação socioambiental da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

O programa de mitigação socioambiental da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, denominado “*Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, na área de influência da UHE Santo Antônio Porto Velho, Rondônia*” é um diagnóstico socioambiental participativo produzido pela empresa Gameleira Consultoria LTDA. em convênio entre Santo Antônio Energia S.A. e FUNAI. O período de realização do diagnóstico foi entre abril e julho de 2012, resultando a publicação em três volumes. A equipe foi composta pelo antropólogo Paulo Roberto Nunes Ferreira e pelo engenheiro florestal Ceusnei Simão e com participações de José Inácio Cassupá e Clóvis Fernando Cassupá.

Os autores categorizam esse trabalho como diagnóstico socioambiental participativo, que objetivou “responder questões colocadas pelo Termo de Referência emitido pela FUNAI, específico aos Cassupá e Salamã, bem como os pontos de vistas indígenas sobre a questão” (Ferreira & Simão, 2012: p.16). A orientação do diagnóstico seguia os acordos firmados no convênio citado acima, destaco o seguinte escopo:

“(...) o objetivo do Convênio Fase 2 é a implementação das ações do Programa de Proteção dos Povos, Referências e Terras Indígenas sob a influência da UHE Santo Antônio (‘Programa de Proteção’), composto do Programa de Proteção das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana, Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã e do Plano de Trabalho Fase II da Frente de Proteção Etnoambiental Madeira Purus” (FERREIRA & SIMÃO, 2012: p.17).

O resultado do diagnóstico foi a inclusão dos povos Cassupá e Salamã nas ações de mitigação e compensação promovidas pelo consórcio Santo Antônio Energia S/A. Os acordos resultaram na produção de um Plano Básico Ambiental, com o compromisso de construção de uma escola estadual. Entretanto, a inclusão dos Cassupá é reivindicação da organização indígena OPICS, sob a mediação do Ministério Público Federal/RO e o consórcio da hidrelétrica.⁴³

A participação dos Cassupá no programa de mitigação socioambiental da Usina Hidrelétrica Santo Antônio é um exemplo de estratégia e articulação dos indígenas conforme as conjunturas, que difere das primeiras reivindicações, quando se exigia a formação de um Grupo de Trabalho e demarcação de uma Terra Indígena.

43 “A partir das reuniões, foram firmados compromissos entre o MPF/RO e o consórcio construtor da hidrelétrica. Os Kassupá e Salamã receberão compensações semelhantes às destinadas aos povos Karitiana e Karipuna, considerando suas peculiaridades. Os indígenas participarão da formulação dos projetos, bem como da sua execução. A Funai estabelecerá o cronograma do projeto e fará a fiscalização do atendimento aos direitos e interesses da comunidade.” Acesso: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1966-indios-kassupa-e-salamai-receberao-compensacoes-da-uhe-santo-antonio>. Em: 07/04/2015

Neste caso específico, os Cassupá agenciavam contextos das políticas indígenas e indigenistas, envolvendo agências governamentais, órgão indigenista e agências privadas.

O pontapé inicial das reivindicações dos Cassupá era que a FUNAI formasse o Grupo de Trabalho para retornar à “*terra tradicional*”, à “*vida de indígena*”. O alcance de fato teve distâncias quilométricas do que fora almejado, porém essa distância não diminui a conquista dos Cassupá. Antes disso suscita interrogações, uma vez que a Reserva é resultante de duas conjunturas históricas e das políticas indigenistas. A primeira é a década de 1990, quando os povos indígenas construíram várias organizações e associações políticas após a Constituição Federal de 1988. Evidencia-se aí o protagonismo indígena na reunião de documentações e articulação para se fazerem ouvir.

A segunda conjuntura vem com os atos de se mostrarem presentes no cenário da política indígena em Rondônia, com a construção das usinas hidrelétricas no rio Madeira. A Reserva Indígena foi construída com a realização do “Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, na área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia”. A parceria foi estabelecida entre FUNAI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Santo Antônio Energia – SAE⁴⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que me levaram a discutir sobre indigenismo em Rondônia foram, principalmente, dentre outros temas, os deslocamentos vivenciados pelo povo indígena Cassupá no estado de Rondônia, fronteira entre Brasil e Bolívia. Com isso, discuto sobre a formação de Rondônia. O cenário é formado por inúmeros conflitos

44 Processo IBAMA 02001.00508/2008-99; processo FUNAI: 08620.00550/2006 e Gameleira (2012).

entre esses agentes sociais. Os missionários não são citados nas narrativas que aqui são referenciadas. Os conflitos entre os Cassupá e os diversos agentes do contato, encontrados tanto na literatura consultada quanto nas narrativas de alguns indígenas registradas através de diálogos realizados em 2011 e 2012, delinearam os percursos deste deslocamento, expressando-se, atualmente, como argumento de sua reivindicação étnica. Os agentes e agências citados pelos Cassupá são: garimpeiros, seringueiros, “índios bravos”, SPI, FUNAI e CIMI, com os quais teceram relações que culminaram em seus deslocamentos ao engajarem-se nas frentes de contato, justificando-se, assim, a sua não inserção em áreas delimitadas e reconhecidas a outras etnias à época. Esta pesquisa aponta a fertilidade no tema da presença indígena na formação do Brasil quando são descritas relações sociais a partir das representações documentadas pelos indígenas e pelas agências indigenistas.

Recuperando citação de Clóvis feita anteriormente, após retornar da tentativa de encontrar Manelito, afirma-se que “(...) o encarregado do posto chamado Antônio falou que nós não podíamos tá se manifestando em outros lugares... Porque eles precisavam que o pessoal indígena ficasse lá”. Havia muitas tensões no contato. Em seus relatórios, os indigenistas do SPI com bastante frequência relatavam os conflitos e os “ataques de índios bravos”, desta forma, o fato de controlar a circulação dos indígenas estava inserido nas políticas pacificação. Podemos destacar nesse caso que houve poder de decisão por parte dos indígenas que transitavam de acordo com seus interesses, porém trata-se de questões pontuais. Os deslocamentos promovidos pelo SPI têm outra proporção de impacto social. A proteção estava direcionada não somente aos povos indígenas, havia a contundente proteção aos mercados de terras e de matérias primas. Os descolamentos e as fixações dos povos indígenas estavam diretamente ligados a essas questões de mercado.

Cabe discutir a composição do narrar Cassupá e debater de quais formas documentos estatais, trabalhos científicos, mitos e explicações históricas compõem a razão argumentativa que embasa essa reivindicação étnica. É um processo reflexivo com e a partir das experiências dos indígenas sobre as práticas indigenistas do SPI. Problematizando o lugar do SPI nas memórias indígenas, proponho pensar as práticas indigenistas concomitantemente a outras perspectivas, além do aparato documental elaborado pela própria agência indigenista. Considero esse narrar como uma prática discursiva que proporciona a problematização que diz respeito às mudanças sociais induzidas e às modalidades do indigenismo praticados no século XX.

O caso apresentado é um exemplo da proteção que gerou conflito. Mesmo que de forma sumária, a pesquisa revela as relações entre os agentes de estado, os indígenas, as empresas da borracha, a mineração, os reconhecimentos cartográficos, os projetos de elaboração de estradas e as orientações para a elaboração dos registros das políticas indigenistas.

Com esses eventos, indico alguns dos aspectos das execuções dos projetos indigenistas, o exercício do *poder tutelar* (Souza Lima, 1995, p. 73-74) e as cartografias sociais construídas pelo SPI. Por esta trajetória, elaborei um esboço introdutório para problematizar e reunir elementos de várias relações que envolveram o SPI na formação de Rondônia, partindo do início da década de 1940 e descrevendo os esforços das expedições que buscavam as minas de Urucumacã e estabelecimento de contato com as etnias na bacia do rio Guaporé.

É interessante pensar também a concepção de violência dentro do sistema de classificação do SPI. Sob a perspectiva da agência indigenista, as transformações promovidas não eram consideradas violentas. Contudo, as ocupações territoriais sem o aval do SPI eram ameaças. O mesmo ocorria em relação à força de trabalho indígena.

Ao trabalhar nas atividades do SPI como parte de programa de nacionalização, a agência indigenista apontava para isso como sendo ação redentora, como uma dádiva. As políticas indigenistas construíram cartografias sociais de forma singular, tendo em vista sua expertise. As mudanças nos territórios étnicos estavam amalgamadas com vários projetos de reocupação e reconhecimento territorial. As transformações no uso e ocupação territorial estavam inseridas em vários projetos políticos nacionais.

Em suma, a proposta desde texto foi apresentar os Cassupá como caso exemplar para refletir as ações do SPI na formação de Rondônia. A amálgama de fontes documentais, narrativas indígenas, relatórios do SPI dão destaque à trajetória constituída por este grupo. O exercício de leitura multissituada, que entrelaça os marcadores de mudança social a fenômenos específicos, estabelecendo conexões, associações ou justaposições, compõe a etnografia aqui empreendida.

Destaco que neste exercício, os entendimentos das dinâmicas dos marcadores de mudança social ultrapassam as conexões estabelecidas, pois o desvelar de novos elementos redefine cada situação. Ao seguir, a exemplo, *a história do povo Cassupá*, elenquei pontos presentes na narrativa de José Inácio Cassupá que se revelam em outras nuances nos relatórios das expedições do SPI – como a expedição Urucumacua. Ainda partindo desta narrativa, as memórias dos deslocamentos dos Cassupá, Aikanã e Massaká acompanhando os Postos Indígenas do SPI mostram as ligações entre diferentes fenômenos: o SPI e seus dispositivos atuando na incorporação do indígena à nação brasileira e as percepções e memórias indígenas sobre estes deslocamentos, a partir de elementos como o território (estradas, rios), parentesco (famílias, filhos, casamentos) e cotidiano (construção de casas, atividades de roça e criação de gado), e as ressignificações dessas vivências na identidade étnica do grupo na cidade de Porto Velho.

Por fim, reforço a observação de que se faz necessário trabalho de campo mais próximo e prolongado com os Cassupá. Desta forma, mais detalhes serão esclarecidos e novos entendimentos emergirão, preenchendo lacunas deste trabalho; ou melhor ainda, construir-se-á novos entendimentos mais férteis dos que esses aí são apresentados.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita. (Org.). *Pacificando o Branco: Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo; Unesp; 2002.

ARRUDA, Lucybeth Camargo de. *Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de Civilização e Táticas de Resistência 1913- 1945*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Mato Grosso. 2003.

_____. “Fases do indigenismo oficial brasileiro – uma discussão sobre ‘raças’ indígenas via o SPI” In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 351-362. 2011.

AYRON DALL’IGNA Rodrigues. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Edições Loyola. 1986.

BACELAR, Laercio Nora. *Gramática da língua Kanoê: descrição gramatical de uma língua isolada e ameaçada de extinção, falada ao sul do estado de Rondônia, Brasil*. Katholike Universiteit Nijmegen. 2004.

BAGOLIN, Darni Pillar. *O indígena na república velha: as instituições de proteção no Rio grande do Sul*. Dissertação de mestrado (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Passo Fundo). 2009.

BERNARDINO, Maria Gabriela de Almeida. *Um mapa para a república: a comissão da carta geral do Brasil (1903-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) -Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2013.

BIGIO, Elias dos Santos. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889–1930)*. Brasília: CGDOC/FUNAI. 2003.

BRASIL. Mistério da Agricultura. Atividades agrícolas do Brasil em 1939. Vol. I Apresentado pelo Ministro Fernando Costa. 1940. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2027/000001.html>. Acessado em: 04/02/2014.

_____. Mistério da Agricultura. Atividades agrícolas do Brasil em 1939. Vol. II Apresentado pelo Ministro Fernando Costa. 1940. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2028/000001.html>. Acessado em: 04/02/2014.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil* – FAPESP / NHII / SMC / Cia das Letras, 1992.

_____. & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Amazônia, Etnologia e História Indígena* – FAPESP / NHII / USP, 1993.

CASTEDO, Luis Leigue. *El Itenez Salvaje. Colección de Etnografía y Folklore* N.º. 3.). La Paz, Bolivia: Ministerio de Educacibn, Departamento de Arqueologia, Etnograffa y Folklore, 1957.

CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. Aconteceu Especial 18. São Paulo, CEDI. 1991.

CHAUVIN, Carlos Eugenio. *O Relatório produzido por Carlos Eugenio Chauvin, sobre as atividades da IR – 1 nos anos de 1940 e 1941*. Acervo NUBARQ/SPI, Microfilmes 034_0005 a 034_00290. 1942.

CLOVIS CASSUPÁ. “Clovis Cassupá”. In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia. 2003.

CRAIG, Nevil B. *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Imprensa Nacional. 1947.

DAL POZ NETO, João. *No país dos Cinta Larga: uma etnologia do ritual*. São Paulo: USP. (Dissertação de Mestrado). 1991.

DEQUECH, Victor. *Fotografia oferecidas ao CNPI pela Comissão para o Estudo das Jazidas Auríferas do Urucumacuan (Rondon, 1946, v1, p. 199 a 205)*.

_____. 1988a. “Expedição Urucumacuan Notas do Diário de Viagem”. Alto Madeira. Porto Velho, Caderno 2. p. 1-4.

_____. 1988b. “Expedição Urucumacuan Notas do Diário de Viagem”. Alto Madeira. Porto Velho, Caderno 3. p. 1-6.

_____. 1993. “Expedição Urucumacuan Notas do Diário de Viagem”. Alto Madeira. Porto Velho, Caderno 3. p. 1-4.

DUTRA, Claudio Vieira. “Tributo a Victor Dequech”. *REM: R. Esc. Minas, Ouro Preto*, 65(1), jan. mar. p. 10. 2012.

ERTHAL, Regina. *Atrair e pacificar: a estratégia da conquista*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro. 1992.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. “Negros do Guaporé: O Sistema Escravista e as Territorialidades Específicas”. *Revista Ruris*. Volume 5, Número 2, Setembro. p-p 85-116. 2011.

FERREIRA Paulo, Roberto Nunes & SIMÃO, Ceusnei. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. Volume 1. Diagnóstico Socioambiental Participativo. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco. 2012.

_____. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. Volume 2 – mapas temáticos. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco. 2012.

_____. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. Volume 3 – Programas de Compensação Socioambiental. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco. 2012.

FRANÇA, Luciana Barroso Costa. *Caminhos cruzados: parentesco, diferença e movimento entre os Kagwahiva*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 2012.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Indigenismo e Antropologia - O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)*. Dissertação (Mestrado) Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 1990.

_____. *A criação do conselho nacional de proteção aos índios e o indigenismo interamericano (1939-1955)*. Boletim do Museu do Índio. Documentação, Rio de Janeiro v. 5, p. 1-66. 1996.

_____. *Dos Xavante aos Kayapó: políticas de pacificação e territorialização de povos indígenas (1940-1960)*. XXVI Encontro Anual da ANPOCS GT Povos Indígena. 2003.

_____. *Sagas Sertanistas: Práticas e Representações do Campo Indigenista no Século XX*. Tese (doutorado) – UFRJ/ MN/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. 2005.

_____. *O SPI na Amazônia: Política indigenista e conflitos regionais (1910-1932)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2007.

_____. *Rondon: A construção do Brasil e a causa indígena*. 1. ed. Brasília: Abravídeo. 2009.

_____. *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 255-266. 2011.

GAGLIARDI, José Mauro. *O Indígena e a República*. São Paulo: Editora Hucitec. 1989.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. *O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: a política indigenista através dos relatórios (1912 – 1926)*. Dissertação (Mestrado de História do Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina). 2005.

_____. *O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927-1954)*. (Tese de doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2011.

JOÃO MASSAKÁ, João Massaká. In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia. 2003.

JOSÉ INÁCIO CASSUPÁ “A História do Grupo Cassupá”, IN: SAMPAIO, Wany. *Os povos indígenas de Rondônia*. Porto Velho: Edufro. 1997.

JOSÉ RIBEIRO AIKANÃ. José Ribeiro Aikanã. In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia. 2003.

LEAL, Paulo Nunes. *O outro braço da Cruz*. Porto Velho: Rondônia, 1984.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia. 2003.

MALDI, Denise. *Uma Etnografia e o seu propósito: os Suruí de Rondônia*. Anuário Antropológico 85, Rio de Janeiro, p. 283-294, 1986.

_____. *Guardiães da fronteira: rio Guaporé, séc. XVIII*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

_____. *O complexo cultural do Marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 7, n. 2, p. 219-269, 1991. (Série Antropologia).

MARIA TADEU AIKANÃ. Maria Tadeu Aikanã. In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia. 2003.

MARTINS, Fernanda Santa Roza Ayala. *O Serviço de Proteção aos Índios e localização de trabalhadores nacionais e a política na primeira república: grupos agrários, projetos e*

disputas no maranhão (1910-1918). Dissertação (mestrado de história social da Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro). 2012.

MELATTI, Júlio Cesar. *Áreas Etnográficas da América Indígena*. Disponível: <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.pdf>. 2001.

MELO, Joaquim Rodrigues de. *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras. 2007.

_____. “O SPI no Amazonas: 1910-1932” In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 403-418.

MERE, Gleice. “Emil-Heinrich Snethlage (1897-1939): nota biográfica, expedições e legado de uma carreira interrompida”. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Cienc. Hum, Belém, v. 8, n. 3, p. 773-804, set.-dez. 2013.

MINDLIN, Betty. Demarcações paradas, prossegue a BR-364. In: *Povos Indígenas no Brasil 1982*. Aconteceu Especial 12. São Paulo, CEDI. 1982.

MOSER, Lilian. *Os Karitiana e a colonização recente em Rondônia*. Monografia de bacharelado, Universidade Federal de Rondônia. 1993.

NÓBREGA, Renata da Silva. *Contra as invasões bárbaras, a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóehj) contra os projetos hidrelétricos do rio Machado, em Rondônia*. Dissertação de mestrado, UNICAMP. 2008.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: papiros. 1988.

OLIVEIRA, Humberto de. *Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1947.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nosso governo: Os Ticuna e Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília. 1988.

_____. “Capítulo 9: Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios”. In: *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “Transformar o índio em um índio melhor’: saúde e doença no contexto do indigenismo (1910-1967)”. In: Freire, Carlos Augusto da

Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p 192-200. 2011.

OPICS. Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamã *Ata da Assembleia de dezembro de 2007*. 2007.

PERES, Sidnei. *Arrendamento e Terras Indígenas. Análise de Alguns Modelos de Ação Indigenista no Nordeste (1910-1960)*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992.

PEREIRA, Cleuson Jansen Hermínio. *Situação Social dos índios urbanos no município de Porto Velho, Rondônia*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Rondônia - UNIR. 2010.

PRICE, David. *Nambiquara Society*. University of Chicago. (Tese de doutorado). 1972.

ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil: 1930-1967*. Goiânia, Editora UFG. 2003.

RODRIGUES, Ayron dall`Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Lyola. 1986.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. “Ofício nº 54, de 10/02/1910”. In: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: imprensa Nacional. 1910.

_____. “Etnografia”. *Revista brasileira de Geografia*. 1940. Vol. 2 Nº 4, p. 594-621. 1940.

_____. *Índios do Brasil: do centro ao noroeste e sul de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1953.

RONDON, Frederico Augusto. *Na Rondônia Ocidental*. Companhia Editoria Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. 1938.

RONDON, Ten. Cel. Joaquim. *O Índio como sentinela das nossas fronteiras*. Conferência realizada no Colégio Militar. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1949.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Rondônia*. 3 Ed. Biblioteca pedagogia brasileira, série V. Brasileira, Vol. XXIX. 1935.

RYDÉN, Stig & Sanguinés, Carlos Ponce. *Los Índios Moré: notas etnográficas*. La Paz: Ministerio de Educación, Departamento de Arqueología, Etnografía y Folklore. 1958.

SAMPAIO, Wany. *Os povos indígenas de Rondônia*. Porto Velho: Edufro. 1997.

SEVERINO CASSUPÁ. *Severino Cassupá*. In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia. 2003.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1995.

_____. & BARROSO-HOFFMANN, Maria. (Orgs.) *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2002.

SILVA, Elenice Duran. *Afirmção indenitária, ressignificação territorial e multiterritorialidade urbana das famílias Cassupá/Salamãe residentes em Porto Velho, RO*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia - UNIR. 2016.

TABORGA, César Chávez. *Perfil de la poesia beniana*. Empresa Editora Urquizo Ltda, La Paz, 1974.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. *Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém. Tese de Doutorado em História. 2004.

THÉRY, Hervé. "Situações da Amazônia no Brasil e no continente". *Estudos Avançados* 19 (53). 2005.

TIMÓTEO DA CUNHA, Eliaquim. *Indigenização da Mordernidade: os Cassupá e as mudanças sociais induzidas*. In: 28 Reunião Brasileira de Antropologia. 2012.

_____. *Em busca da "vida de índio": notas sobre as reivindicações étnicas dos Cassupá em Porto Velho*. In: IV Reunião equatorial de antropologia e XIII reunião de antropólogos do norte nordeste. 2013.

_____. *"Quando esse tal de SPI" chegou: O Serviço de Proteção aos Índios na Formação de Rondônia*. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social - PPGAS/UFAM. Manaus. 2016.

_____. *Da tutela ao protagonismo: As reivindicações étnicas como matéria crítica para história indígena*. Trabalho apresentado no Simpósio Temático ST 109 - Presença e Participação Indígena na História: diálogos interdisciplinares. XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos: História e Democracia, a se realizar de 24 a 28 de julho de 2017 na UnB, em Brasília/DF.

TOMEI, Manuela & SEWPSTON, Lee. *Povos indígenas e tribais. Guia para a aplicação da convenção n 169 da OIT*. Brasília, OIT. 1999.

VANDER VELDEN, Felipe. “Os Tupí em Rondônia: diversidade, estado do conhecimento e propostas de investigação”. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. Vol. 2 , n. 1, Jul. 2010.

VERDUM, Ricardo. *Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul*. ADITAL, 21 nov. < <http://www.adital.com.br>>. 2007.

VILAÇA, Aparecida. *Quem somos nós. Os Wari' encontram os Brancos*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 2006.

VOORT, Hein Van der. “Fala fictícia fossilizada: o tempo futuro em Aikanã”. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 8, n. 2, p. 359-377, maio-ago. 2013.